

Alterações realizadas no documento				
Item alterado	Cor	Observações	Data	Responsável pela alteração

ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES - BENS

Atenção: todos os itens são de preenchimento obrigatório

Data:	24/8/2022
Número do PROAD aberto	1453/2022
Área Demandante:	Coordenadoria de Material e Logística
Área Requisitante:	Seção de Suprimentos

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO			
- Integrante Demandante:	Luiz Alexandre Lins Bianchini		
- Integrante Técnico:	Fauzi El Kadri Filho		
- Integrante Administrativo:	Titular:	Christiano Carneiro Ferreira	Suplente Douglas Suetsugo Mitsuse

Contratação urgente?	<input type="checkbox"/>	Ata vence nos próximos 4 meses
	<input type="checkbox"/>	Aquisição para serviço específico e urgente
	<input type="checkbox"/>	Houve rescisão do contrato
	<input type="checkbox"/>	Outra justificativa:
Contratação não é urgente		

Data prevista para entrega:	Ao longo da vigência da Ata de Registro de Preços, primeiro pedido no segundo semestre de 2022
-----------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------

Catálogo (CATMAT/CATSER) (Para prrenchimento deste item, os integrantes administrativos irão auxiliar)	https://catalogo.compras.gov.br/cnbs-web/busca

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO (Detalhamento da necessidade)
<p>1.1 Descrição resumida do Objeto:</p> <p>Item 1 - Poltrona giratória com espaldar médio sem apoio de braço</p> <p>Item 2 - Cadeira fixa para obesos com apoio de braço</p>

<p>1.2 Descrição Detalhada do Objeto:</p> <p>Item 1 - POLTRONA GIRATÓRIA COM ESPALDAR MÉDIO E SEM APOIO DE BRAÇO. ASSENTO: moldado anatomicamente dentro das normas de ergonomia; estruturado em concha; fabricado em compensado multilaminado resinado com espessura mínima de 10,5 mm ou em polipropileno injetado de alta resistência mecânica com espessura mínima de 12 mm; com mecanismo de regulagem de altura, por meio de alavanca, com curso mínimo de 50 mm; e fixado a base por estrutura em aço reforçada. ENCOSTO: espaldar médio; moldado anatomicamente dentro das normas de ergonomia; estruturado em concha; fabricado em compensado multilaminado resinado com espessura mínima de 10,5 mm ou em polipropileno injetado de alta resistência mecânica com espessura mínima de 12 mm; com mecanismo de regulagem de altura com curso mínimo de 10 (dez) posições; e fixado ao assento por estrutura em aço reforçada. ESTOFAMENTO: espuma moldada anatomicamente dentro das normas de ergonomia; e fabricada em poliuretano injetado flexível de alta resistência, com densidade controlada de 45 a 55 kg/m3, com espessura média de 40 mm. REVESTIMENTO: tecido ou vinil; e com fechamento sem costura ou com costura dupla. MECANISMO: fabricado em chapa de aço estampado; com sistema anti-impacto; e regulagem de inclinação do encosto com bloqueio em qualquer posição, por meio de alavanca, com mecanismo independente ao de regulagem de inclinação do assento. BASE: giratória (360o); fabricada em nylon ou aço estampado; e apoiada em 5 (cinco) hastes fabricadas em nylon ou aço estampado. COLUNA CENTRAL: fabricada em tubo de aço com sistema de regulagem de altura por acionamento pneumático ou a gás; com rotação sobre rolamento de esferas; e sistema de acoplamento ao mecanismo e a base através de cone Morse. RODÍZIOS: duplos com diâmetro mínimo de 50 mm; fabricados em resina de engenharia injetada. ACABAMENTO: capas de proteção do contra assento e contra encosto fabricadas em polipropileno texturizado ou fibra de vidro, com espessura mínima de 3 mm. Capa telescópica da coluna central, se necessária, fabricada em polipropileno. Componentes de plástico na cor preta. Partes metálicas, utilizadas no processo de fabricação, com pintura eletrostática em epóxi pó na cor preta e tratamento anticorrosão (fosfatizado). DIMENSÕES APROXIMADAS: ENCOSTO com altura entre 490 e 518 mm e largura entre 435 e 474 mm. ASSENTO com profundidade entre 470 e 498 mm e largura entre 460 e 510 mm. OBSERVAÇÕES GERAIS: todas as poltronas deverão conter o selo do fabricante e ser fornecidas com manual do usuário, que conste a classificação, as instruções para uso e regulagem e as recomendações de segurança cabíveis. Quando necessárias deverão ser utilizadas soldas MIG com acabamento sem falhas ou bolhas. A empresa deverá fornecer poltrona em conformidade com a norma ABNT 13962:2018, a qual especifica as características físicas e dimensionais e classifica as cadeiras para escritório, bem como estabelece os métodos para a determinação dimensional, da estabilidade, resistência e durabilidade de cadeiras de escritório, de qualquer material. ou norma mais atualizada. A espuma deverá ser de poliuretano de primeira qualidade sem a presença de carga ou impurezas, isenta de CFC e deverá atender a NBR 9178:2015 ou norma mais atualizada.</p>

Item 2 - CADEIRA FIXA PARA OBESOS COM APOIO DE BRAÇOS. Cadeira fixa para espera, com braços, em formato anatômico, mecanicamente e ergonomicamente adequada para as condições morfológicas e antropométricas dos usuários e não apenas ter a capacidade de carga maior. CRITÉRIOS NORMATIVOS: os assentos destinados ao público portador de obesidade devem atender às especificações contidas na NBR9050:2015: a) profundidade do assento mínima de 0,47 m e máxima de 0,51 m, medida entre sua parte frontal e o ponto mais frontal do encosto tomado no eixo de simetria; b) largura do assento mínima de 0,75 m, medida entre as bordas laterais no terço mais próximo do encosto. É admissível que o assento para pessoa obesa tenha a largura resultante de dois assentos comuns, desde que seja superior a esta medida de 0,75 m; c) altura do assento mínima de 0,41 m e máxima de 0,45 m, medida na sua parte mais alta e frontal; d) ângulo de inclinação do assento em relação ao plano horizontal, de 2° a 5°; e) ângulo entre assento e encosto de 100° a 105°. Os assentos devem suportar uma carga mínima de 250 kg. f) apoios de braço devem ter altura entre 0,23 m e 0,27 m em relação ao assento. ASSENTO: Internamente confeccionado em madeira compensada, prensada e multilaminada, 18mm de espessura mínima. Estofamento com espuma de poliuretano injetado de alta resistência, com espessura mínima de 60mm e densidade mínima de 55kg/m3, flexível e indeformável, auto-extinguível, isento de CFC, alta tensão de alongamento e ruptura, baixa fadiga dinâmica e baixa deformação permanente. Face posterior do assento revestido por capa de polipropileno injetado e texturizado, com espessura mínima de 2mm, com bordas arredondadas. Assento com borda frontal curvada, conforme NBR9050:2015. ENCOSTO: Internamente confeccionado em madeira compensada, prensada e multilaminada, 18mm de espessura mínima. Estofamento com espuma de poliuretano injetado de alta resistência, com espessura mínima de 50mm e densidade mínima de 55kg/m3, flexível e indeformável, auto-extinguível, isento de CFC, alta tensão de alongamento e ruptura, baixa fadiga dinâmica e baixa deformação permanente. Encosto com formato anatômico para apoio lombar, conforme NBR9050. Face posterior do encosto revestido por capa de polipropileno injetado e texturizado, com espessura mínima de 2mm, com bordas arredondadas. ESTRUTURA: Em longarina longitudinal confeccionada em tubo metálico retangular e placas de aço estampado, soldadas à longarina com suporte de reforço. Coluna vertical fabricada em tubo metálico, soldado ao pé da estrutura. Pé horizontal fabricado em chapa de aço estampada, com sapatas niveladoras em polipropileno. Suporte para encosto confeccionado em chapa de aço estampado. REVESTIMENTO: Em couro sintético ou revestimento similar, cor preta. A resistência do revestimento deverá ser adequada ao uso de pessoas com até 250kg, sendo responsabilidade exclusiva do fornecedor apresentar material com as características de resistência adequadas. ACABAMENTO: Toda estrutura metálica recebe tratamento com fosfatização, anti-ferrugem e pintura eletrostática com tinta epóxi-pó cor preta com propriedades de resistência a agentes químicos. As fixações na estrutura de madeira do assento e encosto são feitas através de parafusos e porcas com garras cravadas na madeira. As soldas são de superfície lisas, uniformes e homogêneas, sem superfícies ásperas e cortantes. SUPORTE DE CARGA: As estruturas, assim como todos seus componentes e peças, devem ser adequadas ao uso de pessoas com até 250kg, sendo responsabilidade exclusiva do fornecedor apresentar materiais com as características de resistência adequadas.

Ou utilizar a tabela:

Grupo/ Item	Descrição	Qtidade	Unidade	Marca / Modelo de referência	Observações
1	POLTRONA GIRATÓRIA COM ESPALDAR MÉDIO SEM APOIO DE BRAÇO	600	Unidade	Flexform Roma, similar ou de melhor qualidade	
2	CADEIRA FIXA PARA OBESOS COM APOIO DE BRAÇO	153	Unidade		

1.2.1.1. Informar para quais itens é exigida marca/modelo específico obrigatório (Se sim, a indicação de marca deve ser respaldada de justificativa robusta, como manutenção de padrão já existente, compatibilidade, garantia de equipamentos, etc)

2. ANÁLISE de VIABILIDADE

2.1 Análise e comparação entre soluções/contratações identificadas:

Não existem outras soluções no mercado

Justificativa (caso haja apenas uma solução no mercado)	Trata-se de produto ergonômico recomendado pela Norma Regulamentadora nº 17 (NR-17) para postos de trabalho com o uso de computador, tendo por finalidade prevenir doenças osteomusculares, promover a Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) e, consequentemente, atender as demandas dos usuários internos e externos para a execução das atividades judiciais e administrativas, bem como, atender as necessidades de substituição e/ou modernização deste mobiliário nesta Corte. Quanto ao item 2, trata-se de adequação do mobiliário deste E.TRT às normas de acessibilidade e inclusão contidas na NBR9050:2015.
---------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Pode ser utilizada a planilha abaixo para especificar as soluções identificadas:

Solução	Solução 1	Solução 2	Solução 3
Descrição			
Vantagens			
Desvantagens			
Atende (Sim/Não)			

2.2 Escolha e justificativa da contratação (necessidade/motivação da contratação)

Solução escolhida	Item 1 - Poltrona giratória com espaldar médio sem apoio de braço ; Item 2 - Cadeira fixa para obesos com apoio de braços
Justificativa	Item 1 - Trata-se de produto ergonômico recomendado pela Norma Regulamentadora nº 17 (NR-17) para postos de trabalho com o uso de computador, tendo por finalidade prevenir doenças osteomusculares, promover a Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) e, consequentemente, atender as demandas dos usuários internos e externos para a execução das atividades judiciais e administrativas, bem como, atender as necessidades de substituição e/ou modernização deste mobiliário nesta Corte. Item 2 - Trata-se de adequação do mobiliário para atendimento do público portador de obesidade, conforme determinação do Ministério Público Federal à Vara do Trabalho de Porto Ferreira (PROAD828/2021) e estendendo a compra às demais unidades deste E.TRT para complementação do mobiliário, visando a acessibilidade do público, em consonância com as recomendações técnicas contidas na Norma NBR 9050:2015.
Valor estimado	Item 1 - Subtotal: R\$ 615.330,00, sendo R\$ 1.025,55, por unidade - conforme planilha de pesquisa de preços realizada pela Coordenadoria de Compras, juntada à fl. 65 do Proad. Item 2 - Subtotal: R\$184.141,62, sendo R\$ 1.203,54, por unidade - conforme planilha de pesquisa de preços realizada pela Coordenadoria de Compras, juntada à fl. 65 do Proad.
Outros	

2.2.1 Alinhamento Estratégico

<http://portal.trt15.jus.br/plano-2021-2026>

Selecione abaixo:

Garantir a duração razoável do processo

2.2.2 Benefícios esperados (resultados a serem alcançados)

<input checked="" type="checkbox"/>	Adequação das instalações físicas
<input type="checkbox"/>	Preservação das instalações
<input checked="" type="checkbox"/>	Manutenção da segurança dos usuários

<input type="checkbox"/>	Condecoração de autoridades em eventos promovidos por este Tribunal		
<input type="checkbox"/>	Outro benefício:		

2.2.3 Relação entre demanda prevista e quantidade de serviço a ser contratado

Item 1 - A Área Demandante prevê a disponibilização de uma poltrona para atender a demanda Servidores(as) e Magistrados(as) para que todos tenham, a disposição, um produto ergonômico recomendado pela Norma Regulamentadora nº 17 (NR-17) para realização de atividades laborais em modelo de trabalho híbrido.
Item 2 - É previsto o fornecimento de cadeira para obesos às unidades administrativas, estendendo o atendimento ao determinado pelo MPF à VT de Porto Ferreira para todo o TRT15, padronizando, por fim, o mobiliário.

<input type="checkbox"/>	Alteração de layout		
<input type="checkbox"/>	Instalação elétrica		
<input type="checkbox"/>	Instalação lógica		
<input type="checkbox"/>	Instalação de divisória		
<input type="checkbox"/>	Outra adequação:		

2.2.5. Há algum impacto ambiental na contratação deste serviço

Não

3. SUSTENTAÇÃO do CONTRATO

3.1 Selecione as opções abaixo para análise quanto à existência ou não de contrato:

<input type="checkbox"/>	Entrega imediata e integral ACIMA de 30 dias	
<input type="checkbox"/>	Obrigação futura, como, por exemplo, assistência técnica (EXCETO garantia do serviço ou fornecimento) ou por ser praxe de mercado a existência de contrato.	

Caso nenhum dos itens seja selecionado, CONTRATO DISPENSÁVEL e NÃO é necessário preenchimento deste item 3

Nos termo do artigo 62, § 4º da Lei 8.666/1993 é DISPENSÁVEL o termo de contrato independentemente de seu valor, nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras.

3.1.1 Caso nenhum dos itens seja selecionado, NÃO há a exigência de contrato. Porém, caso, mesmo assim, o Demandante queira a confecção de contrato, justificar abaixo:

3.2. Ações de transição contratual e de encerramento contratual

Não se aplica

É necessário sobreposição contratual?

Não se aplica

3.2.1. Entrega de versões finais dos produtos alvos da contratação e/ou Transferência final de conhecimentos da execução e a manutenção da contratação

Não se aplica

3.2.2. Devolução de recursos materiais

Não se aplica

3.2.3. Prazo de vigência da contratação

A vigência desta contratação é de 12 meses a partir da emissão de cada NE, sem prejuízo da garantia para o objeto

4. ESTRATÉGIA para a CONTRATAÇÃO

4.1 Natureza do objeto

Serviço não contínuo (escopo ou tempo limitado)

4.2 Parcelamento do objeto com demonstração da viabilidade ou não da divisão em grupos (agrupamento de itens em grupos)

<input checked="" type="checkbox"/>	Adjudicação por item, para maior competitividade e economicidade		
<input type="checkbox"/>	Grupos com vários itens	Justificativa:	
<input type="checkbox"/>	Grupo único, tendo em vista a padronização	Justificativa:	
<input type="checkbox"/>	Grupo único para que não afete o resultado ou a qualidade final do produto ou serviço	Justificativa:	
<input type="checkbox"/>	Outro:	Justificativa:	

4.3 Classificação do bem comum ou não: É possível especificar o serviço/objeto usando parâmetros usuais de mercado?

Sim

Justificativa:

Bem comum, tendo em vista que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado

4.4 Modalidade e o tipo de licitação com a indicação e a justificativa para as escolhas

Pregão eletrônico

4.4.1 Forma de julgamento:

Menor preço

4.4.2 Forma de adjudicação (com a indicação e justificativa da forma escolhida, demonstrando se o objeto pode ser adjudicado a uma ou a várias empresas, se por itens ou por grupo de itens)

Por item. Critério de seleção em que a proposta mais vantajosa para a Administração Pública é a de menor preço

4.4.3. Especificação da legislação a ser utilizada nesta contratação, conforme artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações).

Conforme Despacho da Secretaria da Administração nos autos do PROAD nº 603/2021, serão utilizadas as Leis nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e nº 10.520, de 17 de julho de 2002 até o decurso de 2 (dois) anos da publicação oficial da Nova Lei de Licitações, Lei nº 14.133/2021.

Art. 191. Até o decurso do prazo de que trata o inciso II do caput do art. 193, a Administração poderá optar por licitar ou contratar diretamente de acordo com esta Lei ou de acordo com as leis citadas no referido inciso, e a opção escolhida deverá ser indicada expressamente no edital ou no aviso ou instrumento de contratação direta, vedada a aplicação combinada desta Lei com as citadas no referido inciso.
Parágrafo único. Na hipótese do caput deste artigo, se a Administração optar por licitar de acordo com as leis citadas no inciso II do caput do art. 193 desta Lei, o contrato respectivo será regido pelas regras nelas previstas durante toda a sua vigência.

4.5 Classificação orçamentária com indicação da fonte de recurso

A ser oportunamente preenchida pela Secretaria de Orçamento e Finanças.

4.6 Equipe de Gestão da Contratação com indicação dos integrantes

Gestor do Contrato:	Não se aplica
Fiscal Demandante do Contrato (Fiscal):	Não se aplica
Fiscal Técnico do Contrato:	Não se aplica
Fiscal Administrativo	Não se aplica

5. PREVISÃO DE CUSTOS OU PREÇOS REFERENCIAIS

Item 1 - Subtotal: R\$ 615.330,00, sendo R\$ 1.025,55, por unidade - conforme planilha de pesquisa de preços realizada pela Coordenadoria de Compras, juntada à fl. 65 do Proad.
Item 2 - Subtotal: R\$184.141,62, sendo R\$ 1.203,54, por unidade - conforme planilha de pesquisa de preços realizada pela Coordenadoria de Compras, juntada à fl. 65 do Proad.

6. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)

É SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)?

Sim

6.1 Fundamentação para a opção por SRP:

O fornecimento ocorrerá de acordo com a demanda para atendimento dos servidores em regime de home office, bem como com as necessidades de substituição e/ou modernização deste mobiliário na Corte.

6.2 Histórico de consumo:

Item 1 - 2018 - 597 unidades; 2019 - 225 unidades; 2020 - 125 unidades; 2021 - 0 unidades. Item 2: Nunca foi comprado.

6.3 Estimativa de consumo:

Item 1 - 600 (sendo 200 adquiridas de imediato, eventualmente, 200 e nos pedidos posteriores o mínimo de 100)
Item 2 - 153 (sendo 30 adquiridas de imediato e nos pedidos posteriores o mínimo de 30)

6.4 Quantidade para Consumo Imediato:

Item 1 - mínimo de 200 unidades
Item 2 - 30 unidades

6.5 Estimativa de periodicidade de aquisição:

Item 1 - depende da demanda, especialmente de quantos servidores terão interesse em receber as poltronas e das unidades trabalhistas na substituição das poltronas.
Item 2 - depende da demanda, especialmente do interesse das unidades trabalhistas em receber as cadeiras.

6.6 Quantidade mínima a ser solicitada em cada pedido:

Item 1 - 100 unidades; Item 2 - 30 unidades.

6.7 TRT-15 É GERENCIADOR OU PARTICIPANTE DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS ?

Gerenciador

6.8. Se houver grupos com vários itens, o edital deverá prever a possibilidade de se solicitar itens isoladamente ? Se sim, justifique

Não se aplica

7. SUSTENTABILIDADE

Há critérios de sustentabilidade a serem observado?

Sim. Se sim, É necessária a indicação individualizada dos critérios pertinentes a cada objeto de forma discriminada:

Se há critério no Guia, preencher a tabela abaixo com os dados:

Grupo (caso para um mesmo grupo seja necessário mais de um critério, colocar mais de uma linha para o grupo)	Objeto/Item	Critério	Descrição (NOVO GUIA - é necessário copiar e colar aqui)
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------	----------	----------------------------------------------------------

item 1 e item 2	Item 1 - POLTRONA GIRATÓRIA COM ESPALDAR MÉDIO SEM APOIO DE BRAÇO. Item 2 - CADEIRA FIXA PARA OBESOS COM APOIO DE BRAÇO	1.2.1. Mobiliário	<p>Na compra de mobiliário, exigir que as embalagens sejam constituídas de material reciclável e/ou degradável. Todo mobiliário deve estar em conformidade com as normas técnicas da ABNT, comprovada pela apresentação de relatório de ensaio emitido por laboratório detentor de Certificado de Acreditação concedido pelo Inmetro, com escopo de acreditação específico para ensaios mecânicos com base nas normas requeridas. O Relatório de Ensaio deve vir acompanhado de documentação gráfica (desenho ou fotos) e memorial descritivo com informação necessária e suficiente para perfeita identificação do modelo ou da linha contendo o modelo do produto.</p> <p>O mobiliário fabricado com madeira ou seus derivados deve observar os critérios da rastreabilidade e da origem dos insumos de madeira a partir de fontes de manejo sustentável em conformidade com o Decreto no 7.746/201252. A comprovação da conformidade deve ser feita por meio do Certificado de Cadeia de Custódia, em conformidade com a norma ABNT NBR 14790: 2014: Certificação Carflor, Certificação FSC-STD-40-004 V3-0 (Forest Stewardship Council) ou similares, desde que reconhecidas nacionalmente.</p> <p>Devem ser observadas as especificações técnicas constantes do Anexo I da Resolução CSJT no 54/2008, que institui o padrão de mobiliário ergonômico nos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus.</p> <p>O mobiliário deverá atender aos requisitos constantes na Norma Regulamentadora NR-17 do Ministério do Trabalho e Emprego, cuja comprovação será efetivada mediante apresentação de laudo de ergonomia contendo foto/imagem e código do produto, emitido por profissional especializado e habilitado em ergonomia ou por engenheiro de segurança do trabalho habilitado.</p> <p>A NR-17 visa viabilizar a utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, atentando para as 'barreiras', consideradas como qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros.</p> <p>Cadeiras e poltronas deverão estar em conformidade com a norma ABNT 13962:2018, a qual especifica as características físicas e dimensionais e classifica as cadeiras para escritório, bem como estabelece os métodos para a determinação dimensional, da estabilidade, resistência e durabilidade de cadeiras de escritório, de qualquer material.</p> <p>Nas aquisições de mobiliário que possuam pintura em componentes metálicos, observar os critérios das normas da ABNT sobre componentes metálicos.</p> <p>Nas aquisições de mobiliário que possuam espuma flexível de poliuretano, observar os critérios das normas da ABNT sobre espuma flexível de poliuretano, e a isenção de CFC na sua composição.</p> <p>Exigir laudo válido de ensaio de inflamabilidade da espuma, emitido por laboratório acreditado pelo Inmetro, conforme ABNT NBR 9178:2015 - Esta Norma especifica o método para determinação das características de queima (velocidade de combustão) em espumas flexíveis de poliuretano..</p> <p>No caso de assentos como sofás, poltronas e outros, deverá ser priorizada a utilização de couro livre de metais pesados ou em tecido de origem vegetal, com aplicação de látex, similar ao couro, dando-se preferência à segunda opção, sempre que possível. Exigir laudo técnico emitido por laboratório acreditado pelo Inmetro para averiguação da presença de metais pesados na composição do produto (análise química) e averiguação da resistência do material (análise física).</p> <p>Importante ressaltar que o termo couro somente poderá ser empregado para produtos oriundos de extração animal. No caso de tecidos similares, recomenda-se utilizar o termo "tecido de origem vegetal, similar ao couro" ou "laminado vegetal", visando cumprir as exigências da Lei no 4.888/1965.</p> <p>As cadeiras para pessoas com obesidade deverão atender aos requisitos constantes na Norma Regulamentadora NBR 9050: 2015 da ABNT, cuja comprovação será efetivada mediante apresentação de laudo de ergonomia contendo foto/imagem e código do produto, emitido por profissional especializado e habilitado em ergonomia ou por engenheiro de segurança do trabalho habilitado.</p> <p>A NBR 9050:2015 prevê a utilização de maneira autônoma, independente e segura do ambiente, edificações, mobiliário, equipamentos urbanos e elementos à maior quantidade possível de pessoas, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, atentando para as 'barreiras', consideradas como qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros independentemente de idade, estatura ou limitação de mobilidade ou percepção de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações.</p>
Há especificação de ROHs?			Não se aplica
Se há critério no Guia e NÃO vai ser colocado, justificar:			
Atentar para critérios de sustentabilidade ambiental estabelecidos no Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho – 3ª edição do CSJT:			
Guia de Contratações Sustentáveis 3ª edição			

8. ARQUIVOS

Há arquivos como fotos projetos, croquis que podem ou devem ser disponibilizados aos interessados?

Não

No caso de arquivos como croquis, plantas, desenhos deve-se indicar, no caso de incongruências entre os arquivos disponibilizados e a descrição contida no Termo de Referência ou Projeto Básico, qual deve prevalecer:

Não se aplica

9. VISTORIA / VISITA TÉCNICA

Há previsão de vistoria/visita técnica?

Não se aplica

Se sim. Justificar:

Não se aplica

OBS: Fundamentação legal: de acordo com jurisprudência do TCU a vistoria ao local somente deve ser exigida quando for imprescindível o que deve ser justificado e demonstrado pela Administração no processo de licitação (Acórdão 234/2015-Plenário)

9.1 Contato para agendamento (nome, telefone/ramal, horário):

Não se aplica

10. ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA (conforme Acórdão TCU 891/2018-Plenário)

A exigência de documentos que comprovem a qualificação técnica não é apenas uma faculdade, mas um dever da Administração, devendo ser essa exigência a mínima capaz de assegurar que a empresa contratada estará apta a fornecer os bens ou serviços pactuados. Lembrando que é irregular a exigência de atestado de capacidade técnica com quantitativo mínimo superior a 50% do quantitativo de bens e serviços que se pretende contratar, exceto se houver justificativa técnica plausível.

<input checked="checked" type="checkbox"/>	<p>Operacional:</p>	<p>Apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, em nome da licitante, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, com a discriminação dos produtos e as respectivas quantidades, que comprove(m) ter fornecido, satisfatoriamente, produtos com características semelhantes aos objetos desta contratação, em quantidades de, pelo menos, 30% para os itens pedidos neste processo de aquisição.</p>
<input type="checkbox"/>	<p>Registro da empresa no respectivo conselho profissional:</p>	

<input type="checkbox"/>	Profissional - documentos que comprovam a experiência do profissional registrado perante o respectivo Conselho Profissional como responsável técnico da empresa, como CAT (Certidão de Acervo Técnico).	
<input type="checkbox"/>	Há necessidade de comprovação de profissional específico? No caso de haver normativo do respectivo Conselho específico para a execução do serviço. Como médico do trabalho para laudo de insalubridade.	

11. HÁ PREVISÃO DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA?		
Sim		
		A empresa deverá fornecer produto que possua Certificado de Conformidade de Produto junto à Associação Brasileira de normas Técnicas - ABNT ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro), conforme inciso VIII, art. 39 da Lei 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor, que comprove que atende aos requisitos das Normas ABNT NBR 13962:2018 - Esta Norma especifica as características físicas e dimensionais e classifica as cadeiras para escritório, bem como estabelece os métodos para determinação da estabilidade, da resistência e da durabilidade de cadeiras de escritório, sendo de extrema importância que as cadeiras de maior uso atendam tal NBR. e 9178:2015 - Esta Norma especifica o método para determinação das características de queima (velocidade de combustão) em espumas flexíveis de poliuretano. Obs.: Com relação ao fornecimento de cadeira fixa para pessoas obesas, a empresa deverá oferecer produto que possua certificado de conformidade com a norma NBR-9050:2015 que estabelece os padrões técnicos necessários para uma cadeira ter uso por pessoas portadoras de obesidade, suportando carga de 250 Kg.
Se sim. Indicar norma técnica a ser observada (certificação compulsória INMETRO, ABNT, Anvisa, Registro CREA/CAU, ANTT etc):		

12. AMOSTRA	
Considerações Gerais: 1. Analisar a razoabilidade do pedido de amostra, se não pode ser substituído por folders, material técnico-ilustrativo, etc, considerando que TODO pedido de amostra encarece o objeto. 2. Da mesma forma, caso seja imprescindível a solicitação de amostra, requisitar apenas quantitativo mínimo suficiente para análise. 3. Considerar que objetos de alto valor, de grandes dimensões ou peso, dificilmente são disponibilizadas amostras para envio. 4. Fazer constar se a amostra enviada poderá ser destruída para sua devida análise e, caso seja imprescindível, justificar.	
12.1 Haverá solicitação de amostra ANTES ou DEPOIS da homologação do certame, para empresa arrematante? Será solicitado somente material técnico ilustrativo. Se sim, discriminar trâmite (quantidade, prazo, critério análise, etc) para apresentação:	
12.2 No caso de exigência de amostra, sugira qual prazo viável para licitante confeccionar/encaminhar amostra: n/a	
12.3 No caso de solicitação de amostra, é necessário definir OBJETIVAMENTE os critérios de análise para aceitação, além das especificações (exemplo pasta para congresso: analisar zíper sem travamentos, material sem rebarba, costuras retílineas) n/a	
12.4 Caso o objeto tenha grandes proporções, poderá ser encaminhada um exemplar menor do objeto? (por exemplo no caso de placa de divisória com 2m pode ser encaminhada amostra de 30cm x 30cm) n/a Se sim, qual o tamanho mínimo?	
12.5 Caso a amostra seja aprovada, a unidade poderá ser descontada do quantitativo a ser adquirido? n/a	
12.6 É prevista marca de referência? Sim. Somente para o item 1. Se sim, a amostra será dispensada caso seja proposta a marca de referência? Sim. Marca de Referencia Flexform Roma	
12.7 documentação específica, será exigida documentação específica como material técnico ilustrativo, manual, laudo, certificação como ABNT, etc (indicar qual documento)? Sim. Serão exigidos os seguintes documentos: - Manual e/ou material técnico ilustrativo; - Certificado de Conformidade de Produto junto à Associação Brasileira de normas Técnicas - ABNT ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro), conforme inciso VIII, art. 39 da Lei 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor, que comprove que atende aos requisitos das Normas ABNT NBR 13962:2018 - Esta Norma especifica as características físicas e dimensionais e classifica as cadeiras para escritório, bem como estabelece os métodos para a determinação da estabilidade, da resistência e da durabilidade de cadeiras de escritório, sendo de extrema importância que as cadeiras de maior uso atendam tal NBR. e ABNT NBR 9178:2015 - Esta Norma especifica o método para determinação das características de queima (velocidade de combustão) em espumas flexíveis de poliuretano. Além destas, quanto às cadeiras para pessoas obesas, deverá ser apresentado certificado de conformidade do produto junto à Associação Brasileira de normas Técnicas - ABNT ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro), conforme inciso VIII, art. 39 da Lei 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor, que comprove que atende aos requisitos técnicos estabelecidos na Norma NBR 9050:2015, no que couber.	

13. PRAZOS			
13.1 Prazo de entrega		Em até 30 (trinta) dias, a contar do recebimento ou da retirada da Nota de Empenho	
13.2. Garantia		5 (cinco) anos. a) A empresa contratada deverá oferecer garantia on site, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos contra qualquer defeito de fabricação e para os revestimentos e as cores, a contar do recebimento definitivo pelo TRT; b) A garantia deverá ser prestada diretamente no Almoxarifado do TRT-15, Campinas/SP, (sem ônus), no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir do comunicado feito pela Coordenadoria de Material e Logística, o qual poderá ser dar por correspondência eletrônica. No caso de reincidência, de problema anteriormente resolvido, o chamado deverá ser atendido no prazo máximo de 10 (dez) dias.	
Ou utilizar a tabela			
Grupo / Item	Descrição sucinta do item	Prazo de garantia	Especificações da garantia

13.3 Prazo de Validade		Não se aplica
13.4 Garantia do Contrato (para cumprimento das obrigações contratuais)		
Não se aplica		

14. LOCAL E HORÁRIO DA ENTREGA DOS BENS		
Endereço:	Almoxarifado do TRT-15, localizado na Rua Ângela Signori Grigol, 5, Jardim América, Distrito de Barão Geraldo, Campinas/SP, mediante agendamento prévio pelo telefone (19) 3289-2778	
Dias da semana:	De 2ª a 6ª feira	
	Outro:	Permanecendo a situação apresentada pelo Coronavírus, sempre utilizar-se de agendamento prévio, por meio dos e-mails: almoxarifado.cml@trt15.jus.br e cml.secadm@trt15.jus.br
Horário:	11 às 17hrs	
No caso de necessidade de agendamento prévio, indicar nomes e telefones e/ou ramais dos contatos:	Seção de Almoxarifado, de segunda a sexta-feira, das 10 às 17 horas. Em caso de agendamento prévio, contatar o Srs. Odair/Juarez/Gervásio, da Seção de Almoxarifado, pelo telefone (19) 3289-2778, e-mails: almoxarifado.cml@trt15.jus.br e cml.secadm@trt15.jus.br	

15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA		
As obrigações a serem explicitadas devem ser em <u>relação ao objeto da contratação</u> , como, por exemplo: - A empresa deverá agendar, com mínimo de 24 horas, a data de entrega do objeto - Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, este TRT poderá retirar "X" amostras do objeto contratado para envio a laboratório acreditado para verificação quanto ao atendimento às especificações, como ABNT, qualidade pó de café, etc sendo que as despesas deverão ser arcadas pelo fornecedor.		
Especificações:		
15.1. Obrigações da Contratante (TRT)		
1. O TRT se compromete a dar plena e fiel execução à presente ATA, respeitando todas as condições estabelecidas, obrigando-se ainda a efetuar, no prazo estabelecido neste Termo de Referência, o pagamento dos materiais efetivamente fornecidos e definitivamente recebidos. 2. O TRT se compromete, ainda, a permitir o acesso dos empregados do FORNECEDOR, devidamente identificados, nas suas dependências, para entrega dos produtos, nos horários estabelecidos.		

15.2. Obrigações da Contratada
<p>OBRIGAÇÕES</p> <p>1. O FORNECEDOR se compromete a dar plena e fiel execução à ATA de Registro de Preços e se obriga a:</p> <p>1.1. Arcar com toda despesa de envio ou entrega de produtos.</p> <p>1.2. Não ceder ou transferir para terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, o objeto desta licitação, ressalvadas as hipóteses de transformação empresarial previstas no art. 78, inciso VI, da Lei n.º 8.666/1993, salvo se previamente autorizado por escrito pelo TRT e a seu exclusivo critério.</p> <p>1.3. A contratada deve comprovar, como condição prévia à assinatura do contrato e durante a vigência contratual, sob pena de rescisão contratual, o atendimento das seguintes condições:</p> <p>1.3.1. não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 04/2016; e</p> <p>1.3.2. não ter sido condenada, a contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta ao previsto:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Nos artigos 1º, 3º (inciso IV), 7º (inciso XXXIII) e 170 da Constituição Federal de 1988; • Nos artigos 149, 203 e 207 do Código Penal Brasileiro; • No Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo); • Nas Convenções da OIT nº 29 e nº 105; • No Capítulo IV do Título III (Da Proteção do Trabalho do Menor) do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (CLT); • Nos arts. 60 a 69 da Lei nº 8.069/1990 (ECA), que trata do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho; • No Decreto nº 6.481/2008, o qual trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação. <p>1.4. Obrigatório o agendamento prévio: Seção de Almoxarifado, de segunda a sexta-feira, das 10h00 às 17h00, com os Srs. Odair/Juarez/Gervásio, pelo telefone (19) 3289-2778 / 3288-0040., e-mails: almoxarifado.cml@trt15.jus.br e cml.secadm@trt15.jus.br"</p> <p>2. PAGAMENTO DOS FORNECIMENTOS E SERVIÇOS - CADASTRO OBRIGATÓRIO</p> <p>O Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), por meio da resolução nº 245/2019, instituiu o Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO). A finalidade do SIGEO é o processamento de informações relacionadas ao planejamento, à execução e ao acompanhamento orçamentário e financeiro da Justiça do Trabalho. Assim, o envio das notas fiscais e certidões deverá ocorrer pelo sistema SIGEO e, com isso, os prestadores de serviço e fornecedores do TRT-15 deverão realizar o cadastro obrigatório no sistema, inserindo os documentos solicitados no sistema.</p> <p>ATENÇÃO: Reforçamos a informação de que o pagamento somente ocorrerá após o devido preenchimento do cadastro no sistema SIGEO e a inserção dos documentos solicitados, por parte da empresa contratada.</p> <p>RESPONSABILIDADES</p> <p>1. O FORNECEDOR será responsabilizado civilmente por quaisquer danos causados nas instalações, mobiliários, equipamentos e demais utensílios do TRT, e pelo extravio de quaisquer documentos ou objetos, quando comprovados dolo ou culpa de seus empregados, devendo proceder imediatamente aos reparos necessários ou ao pagamento da indenização correspondente, sob pena de dedução do seu importe por ocasião do pagamento dos materiais adquiridos.</p> <p>2. O FORNECEDOR responsabilizar-se-á pela qualidade do material entregue, especialmente para efeito de substituição imediata, no caso de não atendimento ao solicitado.</p> <p>3. A contratada deverá observar e atender às disposições editadas por este Tribunal, bem como nos Decretos Estaduais sobre o tema e na resolução CNJ nº 322, além de outras editadas posteriormente, que dispõem sobre o uso de equipamentos de proteção contra a disseminação do COVID-19, devendo o FORNECEDOR se atentar ao atendimento de tais dispositivos, quando da prestação de serviços nas dependências do TRT, ou quando funcionários da contratada necessitarem adentrar no Tribunal, para efetuar eventuais entregas de bens. Para adentrar nos prédios do Tribunal, está sendo exigido o gesto vacinal completo.</p>

16. MODELO DE EXECUÇÃO E DE GESTÃO DO CONTRATO	
16.1 Indicação dos membros para papel de Gestor e Fiscal Demandante do contrato:	
Gestor do Contrato:	Não se aplica
Fiscal Demandante do Contrato (Fiscal):	Não se aplica
16.2 Definição de etapas de entrega, com cronograma	
Não se aplica	

16.3 Indicação dos instrumentos formais de solicitação de fornecimento

Não se aplica

16.4 Forma de acompanhamento dos prazos de garantia

Não se aplica

16.5 Forma de comunicação e acompanhamento da execução do contrato entre órgão e contratada

Tipo	Forma	Periodicidade	Emissor
<input type="checkbox"/>	Encaminhamento de Ordem de Serviço	Conforme especificações da descrição	
<input checked="" type="checkbox"/>	E-mail	Quando necessário	almoxarifado.cml@trt15.jus.br; cml.secadm@trt15.jus.br
<input type="checkbox"/>	Abertura de chamado	Conforme especificações da descrição	
<input type="checkbox"/>	Reunião Presencial	Quando necessário	
<input type="checkbox"/>	Reunião Videoconferência	Quando necessário	
<input type="checkbox"/>	Outra		

16.6 Forma de recebimento provisório e definitivo

- O recebimento provisório ocorrerá no ato da entrega dos produtos, atendidas as especificações constantes neste edital e apresentadas as respectivas notas fiscais, ou notas fiscais/faturas, quando será emitido o termo de recebimento provisório, conforme dispõe o artigo 73, inciso II, alínea "a" da Lei n.º 8.666/93.
- O recebimento definitivo ocorrerá em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório, quando será emitido o termo de recebimento definitivo, em consonância com o artigo 73, inciso II, alínea "b", da Lei n.º 8.666/93, apresentada a respectiva nota fiscal, ou nota fiscal/fatura, cuja conferência e atestação serão feitas pelo(a) Coordenador de Material e Logística do TRT.
- No texto da nota fiscal ou nota fiscal/fatura deverão constar, obrigatoriamente, o objeto da licitação, a quantidade, a marca/modelo, se houver, os valores unitário e total, bem como o número deste processo que deu origem à aquisição.
- Na ocorrência de qualquer circunstância que desaprove o recebimento definitivo, o mesmo ficará suspenso e o pagamento pendente até o saneamento das irregularidades, sendo que, durante o período em que o recebimento definitivo estiver suspenso e o pagamento pendente por culpa do FORNECEDOR, não incidirá sobre o TRT qualquer ônus, inclusive financeiro.

16.7 Forma de pagamento

O pagamento será efetuado pela Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira deste TRT, no prazo de 10 (dez) dias após o recebimento definitivo do objeto, conforme dispõe o artigo 73 da Lei 8.666/1993.

16.8 Sanções

- Ficam estabelecidas as seguintes multas sobre o valor dos materiais entregues em atraso, contadas a partir do primeiro dia útil posterior ao último dia do prazo definido neste Termo de Referência, as quais serão descontadas na fatura por ocasião do pagamento:
 - do primeiro até o sétimo dia de atraso, multa única de 1% (um por cento);
 - a partir do oitavo dia de atraso, multa diária de 0,2% (dois décimos por cento), limitado a 10% (dez por cento) do total do empenho ou do valor dos materiais entregues em atraso.
- Os dias em atraso serão contados a partir da data em que a obrigação deveria ter sido satisfeita.
- Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente, indevidamente fundamentados ou não comprovados, ficando a aceitação das justificativas a critério do TRT.
- Atraso no reparo ou substituição de bens que apresentem defeitos durante o prazo de garantia: multa moratória diária equivalente a 2% (dois por cento) do material em atraso, limitada a 5 (cinco) dias.
- Se o FORNECEDOR não efetuar a entrega dos produtos em até 15 (quinze) dias após o prazo previsto, poderá ensejar, por sua culpa, a rescisão do ajustado.
- A rescisão do ajuste por culpa do FORNECEDOR, por inexecução do ajustado ou pela não entrega dos materiais, implicará pagamento de multa de 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor total adjudicado ou do produto não entregue.
- As multas eventualmente aplicadas, seja por inexecução, seja por cancelamento do ajuste por culpa do FORNECEDOR, serão pagas por meio de cheque nominal ao TRT.
- Na ausência do pagamento das multas, o TRT poderá descontar o respectivo valor dos eventuais créditos do FORNECEDOR. Inexistindo crédito em favor do FORNECEDOR, os valores deverão ser por ele recolhidos no prazo de até 30 (trinta) dias após o recebimento da notificação por "Aviso de Recebimento – AR", sob pena de inscrição do débito na Dívida Ativa da União, observados os procedimentos legais.
- A aplicação das multas estabelecidas neste item, nos termos do artigo 86 da Lei n.º 8.666/93, não impede que o TRT cancele unilateralmente o ajuste e/ou aplique as demais sanções previstas no artigo 7º da Lei n.º 10.520/2002 e subsidiariamente, no que couber, as sanções assinaladas nos artigos 87 e 88 da Lei n.º 8.666/1993.
- Na aplicação de quaisquer sanções previstas na legislação, serão garantidos ao FORNECEDOR o contraditório e a prévia defesa.

16.9 Forma de apresentação da proposta (montar planilha/tabela que especifica de que forma o objeto deve ser precificado pelo mercado)

Item	Descrição	Qtde	Marca/Modelo	Valor Unitário	Valor Total

17. ANÁLISE de RISCOS

Risco 1	Impugnação durante o processo de licitação		
Probabilidade	Média	Impacto	Alto
Dano	Atrasos na contratação		
Ação Preventiva		Responsável	
Definição criteriosa do objeto, considerando as soluções disponíveis no mercado e as necessidades do Tribunal, evitando-se direcionamentos à marca/fabricante/solução vedados por lei.		Gestor	
Ação de Contingência		Responsável	
Alteração do edital se pertinente e/ou caso haja contrato, renovação excepcional deste.		Gestor e Coord. Licitações e Contratos.	

Risco 2	Falta de orçamento para concluir a contratação		
Probabilidade	Média	Impacto	Alto
Dano	Indisponibilidade do serviço		
Ação Preventiva		Responsável	
Previsão no Plano de Contratações		Gestor	
Ação de Contingência		Responsável	
Verificação de outra dotação que possa ser deslocado o valor para esta contratação.		Gestor	

Risco 3	Licitação fracassada ou deserta		
Probabilidade	Média	Impacto	Alto
Dano	Inviabilizar a contratação		
Ação Preventiva		Responsável	
Definição criteriosa do objeto, considerando as soluções disponíveis no mercado e as necessidades do Tribunal, evitando-se direcionamentos à marca/fabricante/solução vedados por lei. Consulta aos fornecedores qualificados para adequação das características técnicas de forma a ampliar a concorrência.		Gestor	
Ação de Contingência		Responsável	
Reedição de nova licitação		Gestor	

Risco 4	Atraso na licitação		
Probabilidade	Baixa	Impacto	Alto
Dano	Indisponibilidade do serviço		
Ação Preventiva		Responsável	
Início do DOD com antecedência		Equipe de planejamento da contratação	
Ação de Contingência		Responsável	
Manutenção do atual modelo de aquisições dos itens envolvidos		Gestor	

19. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Contratação é viável?	
<input checked="" type="checkbox"/>	Sim
<input type="checkbox"/>	Não

Data:	24/8/2022			
Integrante Demandante:	Luiz Alexandre Lins Bianchini			
Integrante Técnico:	Fauzi El Kadri Filho			
Integrante Administrativo:	Titular:	Christiano Carneiro Ferreira	Suplente	Douglas Suetsugo Mitsuse

ANEXO

TERMO DE REFERÊNCIA / PROJETO BÁSICO – Parte 1

1. Objeto da Contratação

1.1 Descrição resumida do Objeto:
Item 1 - Poltrona giratória com espaldar médio sem apoio de braço
Item 2 - Cadeira fixa para obesos com apoio de braço

2. Fundamentação da contratação

2.1 Motivação	
Escolha e justificativa da contratação (necessidade/motivação da contratação)	
Solução escolhida	Item 1 - Poltrona giratória com espaldar médio sem apoio de braço ; Item 2 - Cadeira fixa para obesos com apoio de braços
Justificativa	Item 1 - Trata-se de produto ergonômico recomendado pela Norma Regulamentadora nº 17 (NR-17) para postos de trabalho com o uso de computador, tendo por finalidade prevenir doenças osteomusculares, promover a Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) e, consequentemente, atender as demandas dos usuários internos e externos para a execução das atividades judiciárias e administrativas, bem como, atender as necessidades de substituição e/ou modernização deste mobiliário nesta Corte. Item 2 - Trata-se de adequação do mobiliário para atendimento do público portador de obesidade, conforme determinação do Ministério Público Federal à Vara do Trabalho de Porto Ferreira (PROAD828/2021) e estendendo a compra às demais unidades deste E.TRT para complementação do mobiliário, visando a acessibilidade do público, em consonância com as recomendações técnicas contidas na Norma NBR 9050:2015.
Valor estimado	Item 1 - Subtotal: R\$ 615.330,00, sendo R\$ 1.025,55, por unidade - conforme planilha de pesquisa de preços realizada pela Coordenadoria de Compras, juntada à fl. 65 do Proad. Item 2 - Subtotal: R\$184.141,62, sendo R\$ 1.203,54, por unidade - conforme planilha de pesquisa de preços realizada pela Coordenadoria de Compras, juntada à fl. 65 do Proad.
Outros	

2.2 Benefícios esperados (resultados a serem alcançados, objetivos)	
<input checked="" type="checkbox"/>	Adequação das instalações físicas
<input type="checkbox"/>	Preservação das instalações
<input checked="" type="checkbox"/>	Manutenção da segurança dos usuários
<input type="checkbox"/>	Condecoração de autoridades em eventos promovidos por este Tribunal
<input type="checkbox"/>	Outro benefício:

2.3 Alinhamento Estratégico	.(http://portal.trt15.jus.br/plano-2015-2020)
Garantir a duração razoável do processo	

2.4 Referência aos Estudos Preliminares
1453/2022

2.5 Relação entre demanda prevista e quantidade de serviço a ser contratado
Item 1 - A Área Demandante prevê a disponibilização de uma poltrona para atender a demanda Servidores(as) e Magistrados(as) para que todos tenham, a disposição, um produto ergonômico recomendado pela Norma Regulamentadora nº 17 (NR-17) para realização de atividades laborais em modelo de trabalho híbrido.
Item 2 - É previsto o fornecimento de cadeira para obesos às unidades administrativas, estendendo o atendimento ao determinado pelo MPF à VT de Porto Ferreira para todo o TRT15, padronizando, por fim, o mobiliário.

2.6 Natureza do objeto

Serviço não contínuo (escopo ou tempo limitado)

2.7 Parcelamento do objeto com demonstração da viabilidade ou não da divisão em grupos (agrupamento de itens em grupos)

<input checked="" type="checkbox"/>	Adjudicação por item, para maior competitividade e economicidade		
<input type="checkbox"/>	Grupo com vários itens	Justificativa:	
<input type="checkbox"/>	Grupo único, tendo em vista a padronização	Justificativa:	
<input type="checkbox"/>	Grupo único para que não afete o resultado ou a qualidade final do produto ou serviço	Justificativa:	
<input type="checkbox"/>	Outro:	Justificativa:	

2.8 Impacto ambiental

Não

3. Gestão do Contrato**3.1 Indicação dos membros para papel de Gestor e Fiscal Demandante do contrato:**

Gestor do Contrato:	Não se aplica
Fiscal Demandante do Contrato (Fiscal):	Não se aplica

TERMO DE REFERÊNCIA – VERSÃO MERCADO**Catálogo (CATMAT/CATSER)****1. Objeto da Contratação****1.1 Descrição resumida do Objeto:**

Item 1 - Poltrona giratória com espaldar médio sem apoio de braço
Item 2 - Cadeira fixa para obesos com apoio de braço

1.2 Descrição Detalhada do Objeto:

Item 1 - POLTRONA GIRATÓRIA COM ESPALDAR MÉDIO E SEM APOIO DE BRAÇO. ASSENTO: moldado anatomicamente dentro das normas de ergonomia; estruturado em concha; fabricado em compensado multilaminado resinado com espessura mínima de 10,5 mm ou em polipropileno injetado de alta resistência mecânica com espessura mínima de 12 mm; com mecanismo de regulagem de altura, por meio de alavanca, com curso mínimo de 50 mm; e fixado a base por estrutura em aço reforçada. ENCOSTO: espaldar médio; moldado anatomicamente dentro das normas de ergonomia; estruturado em concha; fabricado em compensado multilaminado resinado com espessura mínima de 10,5 mm ou em polipropileno injetado de alta resistência mecânica com espessura mínima de 12 mm; com mecanismo de regulagem de altura com curso mínimo de 10 (dez) posições; e fixado ao assento por estrutura em aço reforçada. ESTOFAMENTO: espuma moldada anatomicamente dentro das normas de ergonomia; e fabricada em poliuretano injetado flexível de alta resistência, com densidade controlada de 45 a 55 kg/m3, com espessura média de 40 mm. REVESTIMENTO: tecido ou vinil; e com fechamento sem costura ou com costura dupla. MECANISMO: fabricado em chapa de aço estampado; com sistema anti-impacto; e regulagem de inclinação do encosto com bloqueio em qualquer posição, por meio de alavanca, com mecanismo independente ao de regulagem de inclinação do assento. BASE: giratória (360º); fabricada em nylon ou aço estampado; e apoiada em 5 (cinco) hastes fabricadas em nylon ou aço estampado. COLUNA CENTRAL: fabricada em tubo de aço com sistema de regulagem de altura por acionamento pneumático ou a gás; com rotação sobre rolamento de esferas; e sistema de acoplamento ao mecanismo e a base através de cone Morse. RODÍZIOS: duplos com diâmetro mínimo de 50 mm; fabricados em resina de engenharia injetada. ACABAMENTO: capas de proteção do contra assento e contra encosto fabricadas em polipropileno texturizado ou fibra de vidro, com espessura mínima de 3 mm. Capa telescópica da coluna central, se necessária, fabricada em polipropileno. Componentes de plástico na cor preta. Partes metálicas, utilizadas no processo de fabricação, com pintura eletrostática em epóxi pó na cor preta e tratamento anticorrosão (fosfatizado). DIMENSÕES APROXIMADAS: ENCOSTO com altura entre 490 e 518 mm e largura entre 435 e 474 mm. ASSENTO com profundidade entre 470 e 498 mm e largura entre 460 e 510 mm. OBSERVAÇÕES GERAIS: todas as poltronas deverão conter o selo do fabricante e ser fornecidas com manual do usuário, que conste a classificação, as instruções para uso e regulagem e as recomendações de segurança cabíveis. Quando necessárias deverão ser utilizadas soldas MIG com acabamento sem falhas ou bolhas. A empresa deverá fornecer poltrona em conformidade com a norma ABNT 13962:2018, a qual especifica as características físicas e dimensionais e classifica as cadeiras para escritório, bem como estabelece os métodos para a determinação dimensional, da estabilidade, resistência e durabilidade de cadeiras de escritório, de qualquer material. ou norma mais atualizada. A espuma deverá ser de poliuretano de primeira qualidade sem a presença de carga ou impurezas, isenta de CFC e deverá atender a NBR 9178:2015 ou norma mais atualizada.

Item 2 - CADEIRA FIXA PARA OBESOS COM APOIO DE BRAÇOS. Cadeira fixa para espera, com braços, em formato anatômico, mecanicamente e ergonomicamente adequada para as condições morfológicas e antropométricas dos usuários e não apenas ter a capacidade de carga maior. CRITÉRIOS NORMATIVOS: os assentos destinados ao público portador de obesidade devem atender às especificações contidas na NBR9050:2015: a) profundidade do assento mínima de 0,47 m e máxima de 0,51 m, medida entre sua parte frontal e o ponto mais frontal do encosto tomado no eixo de simetria; b) largura do assento mínima de 0,75 m, medida entre as bordas laterais no terço mais próximo do encosto. É admissível que o assento para pessoa obesa tenha a largura resultante de dois assentos comuns, desde que seja superior a esta medida de 0,75 m; c) altura do assento mínima de 0,41 m e máxima de 0,45 m, medida na sua parte mais alta e frontal; d) ângulo de inclinação do assento em relação ao plano horizontal, de 2° a 5°; e) ângulo entre assento e encosto de 100° a 105°. Os assentos devem suportar uma carga mínima de 250 kg. f) apoios de braço devem ter altura entre 0,23 m e 0,27 m em relação ao assento. ASSENTO: Internamente confeccionado em madeira compensada, prensada e multilaminada, 18mm de espessura mínima. Estofamento com espuma de poliuretano injetado de alta resistência, com espessura mínima de 60mm e densidade mínima de 55kg/m3, flexível e indeformável, auto- extingüível, isento de CFC, alta tensão de alongamento e ruptura, baixa fadiga dinâmica e baixa deformação permanente. Face posterior do assento revestido por capa de polipropileno injetado e texturizado, com espessura mínima de 2mm, com bordas arredondadas. Assento com borda frontal curvada, conforme NBR9050:2015. ENCOSTO: Internamente confeccionado em madeira compensada, prensada e multilaminada, 18mm de espessura mínima. Estofamento com espuma de poliuretano injetado de alta resistência, com espessura mínima de 50mm e densidade mínima de 55kg/m3, flexível e indeformável, auto extingüível, isento de CFC, alta tensão de alongamento e ruptura, baixa fadiga dinâmica e baixa deformação permanente. Encosto com formato anatômico para apoio lombar, conforme NBR9050. Face posterior do encosto revestido por capa de polipropileno injetado e texturizado, com espessura mínima de 2mm, com bordas arredondadas. ESTRUTURA: Em longarina longitudinal confeccionada em tubo metálico retangular e placas de aço estampado, soldadas à longarina com suporte de reforço. Coluna vertical fabricada em tubo metálico, soldado ao pé da estrutura. Pé horizontal fabricado em chapa de aço estampada, com sapatas niveladoras em polipropileno. Suporte para encosto confeccionado em chapa de aço estampado. REVESTIMENTO: Em couro sintético ou revestimento similar, cor preta. A resistência do revestimento deverá ser adequada ao uso de pessoas com até 250kg, sendo responsabilidade exclusiva do fornecedor apresentar material com as características de resistência adequadas. ACABAMENTO: Toda estrutura metálica recebe tratamento com fosfatização, anti-ferrugem e pintura eletrostática com tinta epóxi-pó cor preta com propriedades de resistência a agentes químicos. As fixações na estrutura de madeira do assento e encosto são feitas através de parafusos e porcas com garras cravadas na madeira. As soldas são de superfície lisas, uniformes e homogêneas, sem superfícies ásperas e cortantes. SUPORTE DE CARGA: As estruturas, assim como todos seus componentes e peças, devem ser adequadas ao uso de pessoas com até 250kg, sendo responsabilidade exclusiva do fornecedor apresentar materiais com as características de resistência adequadas.

Ou utilizar a tabela:					
Grupo/ Item	Descrição	Qtidade	Unidade	Marca / Modelo de referência	Observações
1	POLTRONA GIRATÓRIA COM ESPALDAR MÉDIO SEM APOIO DE BRAÇO	600	Unidade	Flexform Roma, similar ou de melhor qualidade	
2	CADEIRA FIXA PARA OBESOS COM APOIO DE BRAÇO	153	Unidade		

1.2.1. Informar para quais itens é exigida marca/modelo específico obrigatório (Se sim, a indicação de marca deve ser respaldada de justificativa robusta, como manutenção de padrão já existente, compatibilidade, garantia de equipamentos, etc)

2. Forma e critério de seleção

2.1.1 Forma de julgamento:

Menor preço

2.1.2 Forma de adjudicação (com a indicação e justificativa da forma escolhida, demonstrando se o objeto pode ser adjudicado a uma ou a várias empresas, se por itens ou por grupo de itens)

Por item. Critério de seleção em que a proposta mais vantajosa para a Administração Pública é a de menor preço

2.1.3. Especificação da legislação a ser utilizada nesta contratação, conforme artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações).

Conforme Despacho da Secretaria da Administração nos autos do PROAD nº 603/2021, serão utilizadas as Leis nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e nº 10.520, de 17 de julho de 2002 até o decurso de 2 (dois) anos da publicação oficial da Nova Lei de Licitações, Lei nº 14.133/2021.

Art. 191. Até o decurso do prazo de que trata o inciso II do caput do art. 193, a Administração poderá optar por licitar ou contratar diretamente de acordo com esta Lei ou de acordo com as leis citadas no referido inciso, e a opção escolhida deverá ser indicada expressamente no edital ou no aviso ou instrumento de contratação direta, vedada a aplicação combinada desta Lei com as citadas no referido inciso.

Parágrafo único. Na hipótese do caput deste artigo, se a Administração optar por licitar de acordo com as leis citadas no inciso II do caput do art. 193 desta Lei, o contrato respectivo será regido pelas regras nelas previstas durante toda a sua vigência.

2.2 É SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)?

Sim

2.2.1 Fundamentação para a opção por SRP:

O fornecimento ocorrerá de acordo com a demanda para atendimento dos servidores em regime de home office, bem como com as necessidades de substituição e/ou modernização deste mobiliário na Corte.

2.2.2 Histórico de consumo:

Item 1 - 2018 - 597 unidades; 2019 - 225 unidades; 2020 - 125 unidades; 2021 - 0 unidades. Item 2: Nunca foi comprado.

2.2.3 Estimativa de consumo:

Item 1 - 600 (sendo 200 adquiridas de imediato, eventualmente, 200 e nos pedidos posteriores o mínimo de 100)
Item 2 - 153 (sendo 30 adquiridas de imediato e nos pedidos posteriores o mínimo de 30)

2.2.4 Quantidade para Consumo Imediato:

Item 1 - mínimo de 200 unidades
Item 2 - 30 unidades

2.2.5 Estimativa de periodicidade de aquisição:

Item 1 - depende da demanda, especialmente de quantos servidores terão interesse em receber as poltronas e das unidades trabalhistas na substituição das poltronas.
Item 2 - depende da demanda, especialmente do interesse da unidades trabalhistas em receber as cadeiras.

2.2.6 Quantidade mínima a ser solicitada em cada pedido:

Item 1 - 100 unidades; Item 2 - 30 unidades.

2.2.7 TRT-15 É GERENCIADOR OU PARTICIPANTE DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS ?

Gerenciador

2.2.8 Se houver grupos com vários itens, o edital deverá prever a possibilidade de se solicitar itens isoladamente ? Se sim, justifique

Não se aplica

3. Requisitos Técnico-Legais da Contratação

3.1. SUSTENTABILIDADE:

Há critérios de sustentabilidade a serem observado?

Sim. Se sim, É necessária a indicação individualizada dos critérios pertinentes a cada objeto de forma discriminada:

Se há critério no Guia, preencher a tabela abaixo com os dados:

Grupo (caso para um mesmo grupo seja necessário mais de um critério, colocar mais de uma linha para o grupo)	Objeto/Item	Critério (somente é possível selecionar um item por linha)	Documento (esta coluna é preenchida automaticamente, conforme o item selecionado no Critério)
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------	------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------

item 1 e item 2	Item 1 - POLTRONA GIRATÓRIA COM ESPALDAR MÉDIO SEM APOIO DE BRAÇO. Item 2 - CADEIRA FIXA PARA OBESOS COM APOIO DE BRAÇO	1.2.1. Mobiliário	<p>Na compra de mobiliário, exigir que as embalagens sejam constituídas de material reciclável e/ou degradável. Todo mobiliário deve estar em conformidade com as normas técnicas da ABNT, comprovada pela apresentação de relatório de ensaio emitido por laboratório detentor de Certificado de Acreditação concedido pelo Inmetro, com escopo de acreditação específico para ensaios mecânicos com base nas normas requeridas. O Relatório de Ensaio deve vir acompanhado de documentação gráfica (desenho ou fotos) e memorial descritivo com informação necessária e suficiente para perfeita identificação do modelo ou da linha contendo o modelo do produto.</p> <p>O mobiliário fabricado com madeira ou seus derivados deve observar os critérios da rastreabilidade e da origem dos insumos de madeira a partir de fontes de manejo sustentável em conformidade com o Decreto no 7.746/201252. A comprovação da conformidade deve ser feita por meio do Certificado de Cadeia de Custódia, em conformidade com a norma ABNT NBR 14790: 2014: Certificação Certflor, Certificação FSC-STD-40-004 V3-0 (Forest Stewardship Council) ou similares, desde que reconhecidas nacionalmente.</p> <p>Devem ser observadas as especificações técnicas constantes do Anexo I da Resolução CSJT no 54/2008, que institui o padrão de mobiliário ergonômico nos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus.</p> <p>O mobiliário deverá atender aos requisitos constantes na Norma Regulamentadora NR-17 do Ministério do Trabalho e Emprego, cuja comprovação será efetivada mediante apresentação de laudo de ergonomia contendo foto/imagem e código do produto, emitido por profissional especializado e habilitado em ergonomia ou por engenheiro de segurança do trabalho habilitado.</p> <p>A NR-17 visa viabilizar a utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, atentando para as 'barreiras', consideradas como qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros.</p> <p>Cadeiras e poltronas deverão estar em conformidade com a norma ABNT 13962:2018, a qual especifica as características físicas e dimensionais e classifica as cadeiras para escritório, bem como estabelece os métodos para a determinação dimensional, da estabilidade, resistência e durabilidade de cadeiras de escritório, de qualquer material.</p> <p>Nas aquisições de mobiliário que possuam pintura em componentes metálicos, observar os critérios das normas da ABNT sobre componentes metálicos.</p> <p>Nas aquisições de mobiliário que possuam espuma flexível de poliuretano, observar os critérios das normas da ABNT sobre espuma flexível de poliuretano, e a isenção de CFC na sua composição.</p> <p>Exigir laudo válido de ensaio de inflamabilidade da espuma, emitido por laboratório acreditado pelo Inmetro, conforme ABNT NBR 9178:2015 - Esta Norma especifica o método para determinação das características de queima (velocidade de combustão) em espumas flexíveis de poliuretano..</p> <p>No caso de assentos como sofás, poltronas e outros, deverá ser priorizada a utilização de couro livre de metais pesados ou em tecido de origem vegetal, com aplicação de látex, similar ao couro, dando-se preferência à segunda opção, sempre que possível. Exigir laudo técnico emitido por laboratório acreditado pelo Inmetro para averiguação da presença de metais pesados na composição do produto (análise química) e averiguação da resistência do material (análise física).</p> <p>Importante ressaltar que o termo couro somente poderá ser empregado para produtos oriundos de extração animal. No caso de tecidos similares, recomenda-se utilizar o termo "tecido de origem vegetal, similar ao couro" ou "laminado vegetal", visando cumprir as exigências da Lei no 4.888/1965.</p> <p>As cadeiras para pessoas com obesidade deverão atender aos requisitos constantes na Norma Regulamentadora NBR 9050: 2015 da ABNT, cuja comprovação será efetivada mediante apresentação de laudo de ergonomia contendo foto/imagem e código do produto, emitido por profissional especializado e habilitado em ergonomia ou por engenheiro de segurança do trabalho habilitado.</p> <p>A NBR 9050:2015 prevê a utilização de maneira autônoma, independente e segura do ambiente, edificações, mobiliário, equipamentos urbanos e elementos à maior quantidade possível de pessoas, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, atentando para as 'barreiras', consideradas como qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros independentemente de idade, estatura ou limitação de mobilidade ou percepção de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações.</p>

Há especificação de ROHs?		Não se aplica
Se há critério no Guia e NÃO vai ser colocado, justificar:		
Atentar para critérios de sustentabilidade ambiental estabelecidos no Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho – 3ª edição do CSJT: Guia de Contratações Sustentáveis 3ª edição		

3.2. ARQUIVOS
Há arquivos como fotos projetos, croquis que podem ou devem ser disponibilizados aos interessados?
Não
No caso de arquivos como croquis, plantas, desenhos deve-se indicar, no caso de incongruências entre os arquivos disponibilizados e a descrição contida no Termo de Referência ou Projeto Básico, qual deve prevalecer:
Não se aplica

3.3. ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA (conforme Acórdão TCU 891/2018-Plenário)		
A exigência de documentos que comprovem a qualificação técnica não é apenas uma faculdade, mas um dever da Administração, devendo ser essa exigência a mínima capaz de assegurar que a empresa contratada estará apta a fornecer os bens ou serviços pactuados). Lembrando que é irregular a exigência de atestado de capacidade técnica com quantitativo mínimo superior a 50% do quantitativo de bens e serviços que se pretende contratar, exceto se houver justificativa técnica plausível.		
<input checked="" type="checkbox"/>	Operacional:	Apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, em nome da licitante, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, com a discriminação dos produtos e as respectivas quantidades, que comprove(m) ter fornecido, satisfatoriamente, produtos com características semelhantes aos objetos desta contratação, em quantidades de, pelo menos, 30% para os itens pedidos neste processo de aquisição.
<input type="checkbox"/>	Registro da empresa no respectivo conselho profissional:	
<input type="checkbox"/>	Profissional - documentos que comprovam a experiência do profissional registrado perante o respectivo Conselho Profissional como responsável técnico da empresa, como CAT (Certidão de Acervo Técnico).	
<input type="checkbox"/>	Há necessidade de comprovação de profissional específico? No caso de haver normativo do respectivo Conselho específico para a execução do serviço. Como médico do trabalho para laudo de insalubridade.	

3.4 HÁ PREVISÃO DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA?
Sim

6.3 Prazo de Validade		Não se aplica	
6.4 Garantia do Contrato (para cumprimento das obrigações contratuais)			
Não se aplica			

7. Local e Horário da entrega dos bens			
Endereço:		Almoxarifado do TRT-15, localizado na Rua Ângela Signori Grigol, 5, Jardim América, Distrito de Barão Geraldo, Campinas/SP, mediante agendamento prévio pelo telefone (19) 3289-2778	
Dias da semana:		De 2ª a 6ª feira	
		Outro:	Permanecendo a situação apresentada pelo Coronavírus, sempre utilizar-se de agendamento prévio, por meio dos e-mails: almoxarifado.cml@trt15.jus.br e cml.secadm@trt15.jus.br
Horário:		11 às 17hrs	
No caso de necessidade de agendamento prévio, indicar nomes e telefones e/ou ramais dos contatos:		Seção de Almoxarifado, de segunda a sexta-feira, das 10 às 17 horas. Em caso de agendamento prévio, contatar o Srs. Odair/Juarez/Gervásio, da Seção de Almoxarifado, pelo telefone (19) 3289-2778, e-mails: almoxarifado.cml@trt15.jus.br e cml.secadm@trt15.jus.br	

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA	
As obrigações a serem explicitadas devem ser em <u>relação ao objeto da contratação</u> , como, por exemplo: - A empresa deverá agendar, com mínimo de 24 horas, a data de entrega do objeto - Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, este TRT poderá retirar "X" amostras do objeto contratado para envio a laboratório acreditado para verificação quanto ao atendimento às especificações, como ABNT, qualidade pó de café, etc sendo que as despesas deverão ser arcadas pelo fornecedor.	
Especificações:	
8.1. Obrigações da Contratante (TRT)	
1. O TRT se compromete a dar plena e fiel execução à presente ATA, respeitando todas as condições estabelecidas, obrigando-se ainda a efetuar, no prazo estabelecido neste Termo de Referência, o pagamento dos materiais efetivamente fornecidos e definitivamente recebidos. 2. O TRT se compromete, ainda, a permitir o acesso dos empregados do FORNECEDOR, devidamente identificados, nas suas dependências, para entrega dos produtos, nos horários estabelecidos.	

8.2. Obrigações da Contratada
OBRIGAÇÕES 1. O FORNECEDOR se compromete a dar plena e fiel execução à ATA de Registro de Preços e se obriga a: 1.1. Arcar com toda despesa de envio ou entrega de produtos. 1.2. Não ceder ou transferir para terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, o objeto desta licitação, ressalvadas as hipóteses de transformação empresarial previstas no art. 78, inciso VI, da Lei n.º 8.666/1993, salvo se previamente autorizado por escrito pelo TRT e a seu exclusivo critério. 1.3. A contratada deve comprovar, como condição prévia à assinatura do contrato e durante a vigência contratual, sob pena de rescisão contratual, o atendimento das seguintes condições: 1.3.1. não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 04/2016; e 1.3.2. não ter sido condenada, a contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta ao previsto: ● Nos artigos 1º, 3º (inciso IV), 7º (inciso XXXIII) e 170 da Constituição Federal de 1988; ● Nos artigos 149, 203 e 207 do Código Penal Brasileiro; ● No Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo); ● Nas Convenções da OIT nº 29 e nº 105; ● No Capítulo IV do Título III (Da Proteção do Trabalho do Menor) do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (CLT); ● Nos arts. 60 a 69 da Lei nº 8.069/1990 (ECA), que trata do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho; ● No Decreto nº 6.481/2008, o qual trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação. 1.4. Obrigatório o agendamento prévio: Seção de Almoxarifado, de segunda a sexta-feira, das 10h00 às 17h00, com os Srs. Odair/Juarez/Gervásio, pelo telefone (19) 3289-2778 / 3288-0040., e-mails: almoxarifado.cml@trt15.jus.br e cml.secadm@trt15.jus.br" 2. PAGAMENTO DOS FORNECIMENTOS E SERVIÇOS - CADASTRO OBRIGATÓRIO O Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), por meio da resolução nº 245/2019, instituiu o Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO). A finalidade do SIGEO é o processamento de informações relacionadas ao planejamento, à execução e ao acompanhamento orçamentário e financeiro da Justiça do Trabalho. Assim, o envio das notas fiscais e certidões deverá ocorrer pelo sistema SIGEO e, com isso, os prestadores de serviço e fornecedores do TRT-15 deverão realizar o cadastro obrigatório no sistema, inserindo os documentos solicitados no sistema. ATENÇÃO: Reforçamos a informação de que o pagamento somente ocorrerá após o devido preenchimento do cadastro no sistema SIGEO e a inserção dos documentos solicitados, por parte da empresa contratada. RESPONSABILIDADES 1. O FORNECEDOR será responsabilizado civilmente por quaisquer danos causados nas instalações, mobiliários, equipamentos e demais utensílios do TRT, e pelo extravio de quaisquer documentos ou objetos, quando comprovados dolo ou culpa de seus empregados, devendo proceder imediatamente aos reparos necessários ou ao pagamento da indenização correspondente, sob pena de dedução do seu importe por ocasião do pagamento dos materiais adquiridos. 2. O FORNECEDOR responsabilizar-se-á pela qualidade do material entregue, especialmente para efeito de substituição imediata, no caso de não atendimento ao solicitado. 3. A contratada deverá observar e atender às disposições editadas por este Tribunal, bem como nos Decretos Estaduais sobre o tema e na resolução CNJ nº 322, além de outras editadas posteriormente, que dispõem sobre o uso de equipamentos de proteção contra a disseminação do COVID-19, devendo o FORNECEDOR se atentar ao atendimento de tais dispositivos, quando da prestação de serviços nas dependências do TRT, ou quando funcionários da contratada necessitarem adentrar no Tribunal, para efetuar eventuais entregas de bens. Para adentrar nos prédios do Tribunal, está sendo exigido o gesto vacinal completo.

9. Modelo de Execução e de gestão do Contrato
9.1 Definição de etapas de entrega, com cronograma
Não se aplica
9.2 Indicação dos instrumentos formais de solicitação de fornecimento
Não se aplica

9.3 Forma de acompanhamento dos prazos de garantia
Não se aplica

9.4 Forma de comunicação e acompanhamento da execução do contrato entre órgão e contratada			
Tipo	Forma	Periodicidade	Emissor
<input type="checkbox"/>	Encaminhamento de Ordem de Serviço	Conforme especificações da descrição	
<input checked="" type="checkbox"/>	E-mail	Quando necessário	almoxarifado.cml@trt15.jus.br; cml.secadm@trt15.jus.br
<input type="checkbox"/>	Abertura de chamado	Conforme especificações da descrição	
<input type="checkbox"/>	Reunião Presencial	Quando necessário	
<input type="checkbox"/>	Reunião Videoconferência	Quando necessário	
<input type="checkbox"/>	Outra		

9.5 Forma de recebimento provisório e definitivo
<p>1. O recebimento provisório ocorrerá no ato da entrega dos produtos, atendidas as especificações constantes neste edital e apresentadas as respectivas notas fiscais, ou notas fiscais/faturas, quando será emitido o termo de recebimento provisório, conforme dispõe o artigo 73, inciso II, alínea "a" da Lei n.º 8.666/93.</p> <p>2. O recebimento definitivo ocorrerá em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório, quando será emitido o termo de recebimento definitivo, em consonância com o artigo 73, inciso II, alínea "b", da Lei n.º 8.666/93, apresentada a respectiva nota fiscal, ou nota fiscal/fatura, cuja conferência e atestação serão feitas pelo(a) Coordenador de Material e Logística do TRT.</p> <p>2.1. No texto da nota fiscal ou nota fiscal/fatura deverão constar, obrigatoriamente, o objeto da licitação, a quantidade, a marca/modelo, se houver, os valores unitário e total, bem como o número deste processo que deu origem à aquisição.</p> <p>3. Na ocorrência de qualquer circunstância que desaprove o recebimento definitivo, o mesmo ficará suspenso e o pagamento pendente até o saneamento das irregularidades, sendo que, durante o período em que o recebimento definitivo estiver suspenso e o pagamento pendente por culpa do FORNECEDOR, não incidirá sobre o TRT qualquer ônus, inclusive financeiro.</p>

9.6 Forma de pagamento
O pagamento será efetuado pela Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira deste TRT, no prazo de 10 (dez) dias após o recebimento definitivo do objeto, conforme dispõe o artigo 73 da Lei 8.666/1993.

9.7 Sanções
<p>1. Ficam estabelecidas as seguintes multas sobre o valor dos materiais entregues em atraso, contadas a partir do primeiro dia útil posterior ao último dia do prazo definido neste Termo de Referência, as quais serão descontadas na fatura por ocasião do pagamento:</p> <p>- do primeiro até o sétimo dia de atraso, multa única de 1% (um por cento);</p> <p>- a partir do oitavo dia de atraso, multa diária de 0,2% (dois décimos por cento), limitado a 10% (dez por cento) do total do empenho ou do valor dos materiais entregues em atraso.</p> <p>1.1. Os dias em atraso serão contados a partir da data em que a obrigação deveria ter sido satisfeita.</p> <p>1.2. Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente, indevidamente fundamentados ou não comprovados, ficando a aceitação das justificativas a critério do TRT.</p> <p>2. Atraso no reparo ou substituição de bens que apresentem defeitos durante o prazo de garantia: multa moratória diária equivalente a 2% (dois por cento) do material em atraso, limitada a 5 (cinco) dias.</p> <p>3. Se o FORNECEDOR não efetuar a entrega dos produtos em até 15 (quinze) dias após o prazo previsto, poderá ensejar, por sua culpa, a rescisão do ajustado.</p> <p>4. A rescisão do ajuste por culpa do FORNECEDOR, por inexecução do ajustado ou pela não entrega dos materiais, implicará pagamento de multa de 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor total adjudicado ou do produto não entregue.</p> <p>5. As multas eventualmente aplicadas, seja por inexecução, seja por cancelamento do ajuste por culpa do FORNECEDOR, serão pagas por meio de cheque nominal ao TRT.</p> <p>5.1. Na ausência do pagamento das multas, o TRT poderá descontar o respectivo valor dos eventuais créditos do FORNECEDOR. Inexistindo crédito em favor do FORNECEDOR, os valores deverão ser por ele recolhidos no prazo de até 30 (trinta) dias após o recebimento da notificação por "Aviso de Recebimento – AR", sob pena de inscrição do débito na Dívida Ativa da União, observados os procedimentos legais.</p> <p>6. A aplicação das multas estabelecidas neste item, nos termos do artigo 86 da Lei n.º 8.666/93, não impede que o TRT cancele unilateralmente o ajuste e/ou aplique as demais sanções previstas no artigo 7º da Lei n.º 10.520/2002 e subsidiariamente, no que couber, as sanções assinaladas nos artigos 87 e 88 da Lei n.º 8.666/1993.</p> <p>7. Na aplicação de quaisquer sanções previstas na legislação, serão garantidos ao FORNECEDOR o contraditório e a prévia defesa.</p>

10. Forma de Apresentação de Proposta					
Item	Descrição	Qtde	Marca/Modelo	Valor Unitário	Valor Total

TERMO DE REFERÊNCIA – VERSÃO CONTRATOS	
Data:	24/8/2022
Número do PROAD aberto	1453/2022
Área Demandante:	Coordenadoria de Material e Logística
Área Requisitante:	Seção de Suprimentos

Contratação urgente?	<input type="checkbox"/>	Ata vence nos próximos 4 meses
	<input type="checkbox"/>	Aquisição para serviço específico e urgente
	<input type="checkbox"/>	Houve rescisão do contrato
	<input type="checkbox"/>	Outra justificativa:
Contratação não é urgente		

Catálogo (CATMAT/CATSER)

1. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)
É SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)?

Sim
1.1 Fundamentação para a opção por SRP: O fornecimento ocorrerá de acordo com a demanda para atendimento dos servidores em regime de home office, bem como com as necessidades de substituição e/ou modernização deste mobiliário na Corte.
1.2 Histórico de consumo: Item 1 - 2018 - 597 unidades; 2019 - 225 unidades; 2020 - 125 unidades; 2021 - 0 unidades. Item 2: Nunca foi comprado.
1.3 Estimativa de consumo: Item 1 - 600 (sendo 200 adquiridas de imediato, eventualmente, 200 e nos pedidos posteriores o mínimo de 100) Item 2 - 153 (sendo 30 adquiridas de imediato e nos pedidos posteriores o mínimo de 30)
1.4 Quantidade para Consumo Imediato: Item 1 - mínimo de 200 unidades Item 2 - 30 unidades
1.5 Estimativa de periodicidade de aquisição: Item 1 - depende da demanda, especialmente de quantos servidores terão interesse em receber as poltronas e das unidades trabalhistas na substituição das poltronas. Item 2 - depende da demanda, especialmente do interesse da unidades trabalhistas em receber as cadeiras.
1.6 Quantidade mínima a ser solicitada em cada pedido: Item 1 - 100 unidades; Item 2 - 30 unidades.
1.7 TRT-15 É GERENCIADOR OU PARTICIPANTE DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS ? Gerenciador
1.8 Se houver grupos com vários itens, o edital deverá prever a possibilidade de se solicitar itens isoladamente ? Se sim, justifique Não se aplica

2. HÁ PREVISÃO DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA?	
Sim	<p>A empresa deverá fornecer produto que possua Certificado de Conformidade de Produto junto à Associação Brasileira de normas Técnicas - ABNT ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro), conforme inciso VIII, art. 39 da Lei 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor, que comprove que atende aos requisitos das Normas ABNT NBR 13962:2018 - Esta Norma especifica as características físicas e dimensionais e classifica as cadeiras para escritório, bem como estabelece os métodos para a determinação da estabilidade, da resistência e da durabilidade de cadeiras de escritório, sendo de extrema importância que as cadeiras de maior uso atendam tal NBR. e 9178:2015 - Esta Norma especifica o método para determinação das características de queima (velocidade de combustão) em espumas flexíveis de poliuretano. Obs.: Com relação ao fornecimento de cadeira fixa para pessoas obesas, a empresa deverá oferecer produto que possua certificado de conformidade com a norma NBR-9050:2015 que estabelece os padrões técnicos necessários para uma cadeira ter uso por pessoas portadoras de obesidade, suportando carga de 250 Kg.</p>
Se sim. Indicar norma técnica a ser observada (certificação compulsória INMETRO, ABNT, Anvisa, Registro CREA/CAU, ANTT etc):	

3. OBJETO DA CONTRATAÇÃO (Detalhamento da necessidade)
OBS: caso a descrição for muito longa ou com tabelas, deve ser feita por meio de ANEXO que deverá ser mencionado no item 1.2 (Conforme Anexo X)
1.1 Descrição resumida do Objeto: Item 1 - Poltrona giratória com espaldar médio sem apoio de braço Item 2 - Cadeira fixa para obesos com apoio de braço

1.2 Descrição Detalhada do Objeto: Item 1 - POLTRONA GIRATÓRIA COM ESPALDAR MÉDIO E SEM APOIO DE BRAÇO. ASSENTO: moldado anatomicamente dentro das normas de ergonomia; estruturado em concha; fabricado em compensado multilaminado resinado com espessura mínima de 10,5 mm ou em polipropileno injetado de alta resistência mecânica com espessura mínima de 12 mm; com mecanismo de regulagem de altura, por meio de alavanca, com curso mínimo de 50 mm; e fixado a base por estrutura em aço reforçada. ENCOSTO: espaldar médio; moldado anatomicamente dentro das normas de ergonomia; estruturado em concha; fabricado em compensado multilaminado resinado com espessura mínima de 10,5 mm ou em polipropileno injetado de alta resistência mecânica com espessura mínima de 12 mm; com mecanismo de regulagem de altura com curso mínimo de 10 (dez) posições; e fixado ao assento por estrutura em aço reforçada. ESTOFAMENTO: espuma moldada anatomicamente dentro das normas de ergonomia; e fabricada em poliuretano injetado flexível de alta resistência, com densidade controlada de 45 a 55 kg/m3, com espessura média de 40 mm. REVESTIMENTO: tecido ou vinil; e com fechamento sem costura no costel de dupla. MECANISMO: fabricado em chapa de aço estampado; com sistema anti-impacto; e regulagem de inclinação do encosto com bloqueio em qualquer posição, por meio de alavanca, com mecanismo independente ao de regulagem de inclinação do assento. BASE: giratória (360o); fabricada em nylon ou aço estampado; e apoiada em 5 (cinco) hastes fabricadas em nylon ou aço estampado. COLUNA CENTRAL: fabricada em tubo de aço com sistema de regulagem de altura por acionamento pneumático ou a gás; com rotação sobre rolamento de esferas; e sistema de acoplamento ao mecanismo e a base através de cone Morse. RODÍZIOS: duplos com diâmetro mínimo de 50 mm; fabricados em resina de engenharia injetada. ACABAMENTO: capas de proteção do contra assento e contra encosto fabricadas em polipropileno texturizado ou fibra de vidro, com espessura mínima de 3 mm. Capa telescópica da coluna central, se necessária, fabricada em polipropileno. Componentes de plástico na cor preta. Partes metálicas, utilizadas no processo de fabricação, com pintura eletrostática em epóxi pó na cor preta e tratamento anticorrosão (fosfatizado). DIMENSÕES APROXIMADAS: ENCOSTO com altura entre 490 e 518 mm e largura entre 435 e 474 mm. ASSENTO com profundidade entre 470 e 498 mm e largura entre 460 e 510 mm. OBSERVAÇÕES GERAIS: todas as poltronas deverão conter o selo do fabricante e ser fornecidas com manual do usuário, que conste a classificação, as instruções para uso e regulagem e as recomendações de segurança cabíveis. Quando necessárias deverão ser utilizadas soldas MIG com acabamento sem falhas ou bolhas. A empresa deverá fornecer poltrona em conformidade com a norma ABNT 13962:2018, a qual especifica as características físicas e dimensionais e classifica as cadeiras para escritório, bem como estabelece os métodos para a determinação dimensional, da estabilidade, resistência e durabilidade de cadeiras de escritório, de qualquer material. ou norma mais atualizada. A espuma deverá ser de poliuretano de primeira qualidade sem a presença de carga ou impurezas, isenta de CFC e deverá atender a NBR 9178:2015 ou norma mais atualizada.

Item 2 - CADEIRA FIXA PARA OBESOS COM APOIO DE BRAÇOS. Cadeira fixa para espera, com braços, em formato anatômico, mecanicamente e ergonomicamente adequada para as condições morfológicas e antropométricas dos usuários e não apenas ter a capacidade de carga maior. CRITÉRIOS NORMATIVOS: os assentos destinados ao público portador de obesidade devem atender às especificações contidas na NBR9050:2015: a) profundidade do assento mínima de 0,47 m e máxima de 0,51 m, medida entre sua parte frontal e o ponto mais frontal do encosto tomado no eixo de simetria; b) largura do assento mínima de 0,75 m, medida entre as bordas laterais no terço mais próximo do encosto. É admissível que o assento para pessoa obesa tenha a largura resultante de dois assentos comuns, desde que seja superior a esta medida de 0,75 m; c) altura do assento mínima de 0,41 m e máxima de 0,45 m, medida na sua parte mais alta e frontal; d) ângulo de inclinação do assento em relação ao plano horizontal, de 2° a 5°; e) ângulo entre assento e encosto de 100° a 105°. Os assentos devem suportar uma carga mínima de 250 kg. f) apoios de braço devem ter altura entre 0,23 m e 0,27 m em relação ao assento. ASSENTO: Internamente confeccionado em madeira compensada, prensada e multilaminada, 18mm de espessura mínima. Estofamento com espuma de poliuretano injetado de alta resistência, com espessura mínima de 60mm e densidade mínima de 55kg/m3, flexível e indeformável, auto-extinguível, isento de CFC, alta tensão de alongamento e ruptura, baixa fadiga dinâmica e baixa deformação permanente. Face posterior do assento revestido por capa de polipropileno injetado e texturizado, com espessura mínima de 2mm, com bordas arredondadas. Assento com borda frontal curvada, conforme NBR9050:2015. ENCOSTO: Internamente confeccionado em madeira compensada, prensada e multilaminada, 18mm de espessura mínima. Estofamento com espuma de poliuretano injetado de alta resistência, com espessura mínima de 50mm e densidade mínima de 55kg/m3, flexível e indeformável, auto-extinguível, isento de CFC, alta tensão de alongamento e ruptura, baixa fadiga dinâmica e baixa deformação permanente. Encosto com formato anatômico para apoio lombar, conforme NBR9050. Face posterior do encosto revestido por capa de polipropileno injetado e texturizado, com espessura mínima de 2mm, com bordas arredondadas. ESTRUTURA: Em longarina longitudinal confeccionada em tubo metálico retangular e placas de aço estampado, soldadas à longarina com suporte de reforço. Coluna vertical fabricada em tubo metálico, soldado ao pé da estrutura. Pé horizontal fabricado em chapa de aço estampada, com sapatas niveladoras em polipropileno. Suporte para encosto confeccionado em chapa de aço estampado. REVESTIMENTO: Em couro sintético ou revestimento similar, cor preta. A resistência do revestimento deverá ser adequada ao uso de pessoas com até 250kg, sendo responsabilidade exclusiva do fornecedor apresentar material com as características de resistência adequadas. ACABAMENTO: Toda estrutura metálica recebe tratamento com fosfatização, anti-ferrugem e pintura eletrostática com tinta epóxi-pó cor preta com propriedades de resistência a agentes químicos. As fixações na estrutura de madeira do assento e encosto são feitas através de parafusos e porcas com garras cravadas na madeira. As soldas são de superfície lisas, uniformes e homogêneas, sem superfícies ásperas e cortantes. SUPORTE DE CARGA: As estruturas, assim como todos seus componentes e peças, devem ser adequadas ao uso de pessoas com até 250kg, sendo responsabilidade exclusiva do fornecedor apresentar materiais com as características de resistência adequadas.

Ou utilizar a tabela:

Grupo/ Item	Descrição	Qtidade	Unidade	Marca / Modelo de referência	Observações
1	POLTRONA GIRATÓRIA COM ESP	600	Unidade	Flexform Roma, similar c	
2	CADEIRA FIXA PARA OBESOS CO	153	Unidade		

1.2.1. Informar para quais itens é exigida marca/modelo específico obrigatório (Se sim, a indicação de marca deve ser respaldada de justificativa robusta, como manutenção de padrão já existente, compatibilidade, garantia de equipamentos, etc)

4. LOCAL E HORÁRIO DA ENTREGA DOS BENS			
Endereço:		Almoxarifado do TRT-15, localizado na Rua Ângela Signori Grigol, 5, Jardim América, Distrito de Barão Geraldo, Campinas/SP, mediante agendamento prévio pelo telefone (19) 3289-2778	
		De 2ª a 6ª feira	
Dias da semana:		Outro:	Permanecendo a situação apresentada pelo Coronavírus, sempre utilizar-se de agendamento prévio, por meio dos e-mails: almoxarifado.cml@trt15.jus.br e cml.secadm@trt15.jus.br
Horário:		11 às 17hrs	
No caso de necessidade de agendamento prévio, indicar nomes e telefones e/ou ramais dos contatos:		Seção de Almoxarifado, de segunda a sexta-feira, das 10 às 17 horas. Em caso de agendamento prévio, contatar o Srs. Odair/Juarez/Gervásio, da Seção de Almoxarifado, pelo telefone (19) 3289-2778, e-mails: almoxarifado.cml@trt15.jus.br e cml.secadm@trt15.jus.br	

5. MODELO DE EXECUÇÃO E DE GESTÃO DO CONTRATO

5.1 Indicação dos membros para papel de Gestor e Fiscal Demandante do contrato:

Gestor do Contrato:	Não se aplica
Fiscal Demandante do Contrato (Fiscal):	Não se aplica

5.2 Definição de etapas de entrega, com cronograma

Não se aplica

5.3 Indicação dos instrumentos formais de solicitação de fornecimento

Não se aplica

5.4 Forma de comunicação e acompanhamento da execução do contrato entre órgão e contratada

Tipo	Forma	Periodicidade	Emissor
<input type="checkbox"/>	Encaminhamento de Ordem de Serviço	Conforme especificações da descrição	
<input checked="" type="checkbox"/>	E-mail	Quando necessário	almoxarifado.cml@trt15.jus.br; cml.secadm@trt15.jus.br
<input type="checkbox"/>	Abertura de chamado	Conforme especificações da descrição	
<input type="checkbox"/>	Reunião Presencial	Quando necessário	
<input type="checkbox"/>	Reunião Videoconferência	Quando necessário	
<input type="checkbox"/>	Outra		

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

OBRIGAÇÕES

1. O FORNECEDOR se compromete a dar plena e fiel execução à ATA de Registro de Preços e se obriga a:

1.1. Arcar com toda despesa de envio ou entrega de produtos.

1.2. Não ceder ou transferir para terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, o objeto desta licitação, ressalvadas as hipóteses de transformação empresarial previstas no art. 78, inciso VI, da Lei n.º 8.666/1993, salvo se previamente autorizado por escrito pelo TRT e a seu exclusivo critério.

1.3. A contratada deve comprovar, como condição prévia à assinatura do contrato e durante a vigência contratual, sob pena de rescisão contratual, o atendimento das seguintes condições:

1.3.1. não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 04/2016; e

1.3.2. não ter sido condenada, a contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta ao previsto:

- Nos artigos 1º, 3º (inciso IV), 7º (inciso XXXIII) e 170 da Constituição Federal de 1988;

- Nos artigos 149, 203 e 207 do Código Penal Brasileiro;

- No Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo);

- Nas Convenções da OIT nº 29 e nº 105;

- No Capítulo IV do Título III (Da Proteção do Trabalho do Menor) do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (CLT);

- Nos arts. 60 a 69 da Lei nº 8.069/1990 (ECA), que trata do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho;

- No Decreto nº 6.481/2008, o qual trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação.

1.4. Obrigatório o agendamento prévio: Seção de Almoxarifado, de segunda a sexta-feira, das 10h00 às 17h00, com os Srs. Odair/Juarez/Gervásio, pelo telefone (19) 3289-2778 / 3288-0040., e-mails: almoxarifado.cml@trt15.jus.br e cml.secadm@trt15.jus.br"

2. PAGAMENTO DOS FORNECIMENTOS E SERVIÇOS - CADASTRO OBRIGATÓRIO

O Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), por meio da resolução nº 245/2019, instituiu o Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO). A finalidade do SIGEO é o processamento de informações relacionadas ao planejamento, à execução e ao acompanhamento orçamentário e financeiro da Justiça do Trabalho. Assim, o envio das notas fiscais e certidões deverá ocorrer pelo sistema SIGEO e, com isso, os prestadores de serviço e fornecedores do TRT-15 deverão realizar o cadastro obrigatório no sistema, inserindo os documentos solicitados no sistema.

ATENÇÃO: Reforçamos a informação de que o pagamento somente ocorrerá após o devido preenchimento do cadastro no sistema SIGEO e a inserção dos documentos solicitados, por parte da empresa contratada.

RESPONSABILIDADES

1. O FORNECEDOR será responsabilizado civilmente por quaisquer danos causados nas instalações, mobiliários, equipamentos e demais utensílios do TRT, e pelo extravio de quaisquer documentos ou objetos, quando comprovados dolo ou culpa de seus empregados, devendo proceder imediatamente aos reparos necessários ou ao pagamento da indenização correspondente, sob pena de dedução do seu importe por ocasião do pagamento dos materiais adquiridos.

2. O FORNECEDOR responsabilizar-se-á pela qualidade do material entregue, especialmente para efeito de substituição imediata, no caso de não atendimento ao solicitado.

3. A contratada deverá observar e atender às disposições editadas por este Tribunal, bem como nos Decretos Estaduais sobre o tema e na resolução CNJ nº 322, além de outras editadas posteriormente, que dispõem sobre o uso de equipamentos de proteção contra a disseminação do COVID-19, devendo o FORNECEDOR se atentar ao atendimento de tais dispositivos, quando da prestação de serviços nas dependências do TRT, ou quando funcionários da contratada necessitarem adentrar no Tribunal, para efetuar eventuais entregas de bens. Para adentrar nos prédios do Tribunal, está sendo exigido o gesto vacinal completo.

7. SUSTENTABILIDADE

Há critérios de sustentabilidade a serem observado?

Sim. Se sim, É necessária a indicação individualizada dos critérios pertinentes a cada objeto de forma discriminada:

Se há critério no Guia, preencher a tabela abaixo com os dados:

Grupo (caso para um mesmo grupo seja necessário mais de um critério, colocar mais de uma linha para o grupo)	Objeto/Item	Critério (somente é possível selecionar um item por linha)	Documento (esta coluna é preenchida automaticamente, conforme o item selecionado no Critério)
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------	------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------

			<p>Na compra de mobiliário, exigir que as embalagens sejam constituídas de material reciclável e/ou degradável.</p> <p>Todo mobiliário deve estar em conformidade com as normas técnicas da ABNT, comprovada pela apresentação de relatório de ensaio emitido por laboratório detentor de Certificado de Acreditação concedido pelo Inmetro, com escopo de acreditação específico para ensaios mecânicos com base nas normas requeridas. O Relatório de Ensaio deve vir acompanhado de documentação gráfica (desenho ou fotos) e memorial descritivo com informação necessária e suficiente para perfeita identificação do modelo ou da linha contendo o modelo do produto.</p> <p>O mobiliário fabricado com madeira ou seus derivados deve observar os critérios da rastreabilidade e da origem dos insumos de madeira a partir de fontes de manejo sustentável em conformidade com o Decreto no 7.746/201252. A comprovação da conformidade deve ser feita por meio do Certificado de Cadeia de Custódia, em conformidade com a norma ABNT NBR 14790:2014: Certificação Cerflor, Certificação FSC-STD-40-004 V3-0 (Forest Stewardship Council) ou similares, desde que reconhecidas nacionalmente.</p> <p>Devem ser observadas as especificações técnicas constantes do Anexo I da Resolução CSJT no 54/2008, que institui o padrão de mobiliário ergonômico nos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus.</p> <p>O mobiliário deverá atender aos requisitos constantes na Norma Regulamentadora NR-17 do Ministério do Trabalho e Emprego, cuja comprovação será efetivada mediante apresentação de laudo de ergonomia contendo foto/imagem e código do produto, emitido por profissional especializado e habilitado em ergonomia ou por engenheiro de segurança do trabalho habilitado.</p> <p>A NR-17 visa viabilizar a utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, atentando para as "barreiras", consideradas como qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros.</p> <p>Cadeiras e poltronas deverão estar em conformidade com a norma ABNT 13962:2018, a qual especifica as características físicas e dimensionais e classifica as cadeiras para escritório, bem como estabelece os métodos para a determinação dimensional, da estabilidade, resistência e durabilidade de cadeiras de escritório, de qualquer material.</p> <p>Nas aquisições de mobiliário que possuam pintura em componentes metálicos, observar os critérios das normas da ABNT sobre componentes metálicos.</p> <p>Nas aquisições de mobiliário que possuam espuma flexível de poliuretano, observar os critérios das normas da ABNT sobre espuma flexível de poliuretano, e a isenção de CFC na sua composição.</p> <p>Exigir laudo válido de ensaio de inflamabilidade da espuma, emitido por laboratório acreditado pelo Inmetro, conforme ABNT NBR 9178:2015 - Esta Norma especifica o método para determinação das características de queima (velocidade de combustão) em espumas flexíveis de poliuretano..</p> <p>No caso de assentos como sofás, poltronas e outros, deverá ser priorizada a utilização de couro livre de metais pesados ou em tecido de origem vegetal, com aplicação de látex, similar ao couro, dando-se preferência à segunda opção, sempre que possível. Exigir laudo técnico emitido por laboratório acreditado pelo Inmetro para averiguação da presença de metais pesados na composição do produto (análise química) e averiguação da resistência do material (análise física).</p> <p>Importante ressaltar que o termo couro somente poderá ser empregado para produtos oriundos de extração animal. No caso de tecidos similares, recomenda-se utilizar o termo "tecido de origem vegetal, similar ao couro" ou "laminado vegetal", visando cumprir as exigências da Lei no 4.888/1965.</p> <p>As cadeiras para pessoas com obesidade deverão atender aos requisitos constantes na Norma Regulamentadora NBR 9050:2015 da ABNT, cuja comprovação será efetivada mediante apresentação de laudo de ergonomia contendo foto/imagem e código do produto, emitido por profissional especializado e habilitado em ergonomia ou por engenheiro de segurança do trabalho habilitado.</p> <p>A NBR 9050:2015 prevê a utilização de maneira autônoma, independente e segura do ambiente, edificações, mobiliário, equipamentos urbanos e elementos à maior quantidade possível de pessoas, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, atentando para as "barreiras", consideradas como qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros independentemente de idade, estatura ou limitação de mobilidade ou percepção de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações.</p>
item 1 e item 2	Item 1 - POLTRONA GIRATÓRIA COM ESPALDAR MÉDIO SEM APOIO DE BRAÇO. Item 2 - CADEIRA FIXA PARA OBESOS COM APOIO DE BRAÇO	1.2.1. Mobiliário	
Há especificação de ROHs?			Não se aplica
Se há critério no Guia e NÃO vai ser colocado, justificar:			

Atentar para critérios de sustentabilidade ambiental estabelecidos no Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho – 3ª edição do CSJT:

[Guia de Contratações Sustentáveis 3ª edição](#)

[illegible]

8.2. Garantia do Contrato (para cumprimento das obrigações contratuais)

Não se aplica

8.3 Forma de acompanhamento dos prazos de garantia

Não se aplica

9. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (TRT)

1. O TRT se compromete a dar plena e fiel execução à presente ATA, respeitando todas as condições estabelecidas, obrigando-se ainda a efetuar, no prazo estabelecido neste Termo de Referência, o pagamento dos materiais efetivamente fornecidos e definitivamente recebidos.
2. O TRT se compromete, ainda, a permitir o acesso dos empregados do FORNECEDOR, devidamente identificados, nas suas dependências, para entrega dos produtos, nos horários estabelecidos.

10. VALOR

10.1 Forma de apresentação da proposta (montar planilha/tabela que especifica de que forma o objeto deve ser precificado pelo mercado)

Item	Descrição	Qtde	Marca/Modelo	Valor Unitário	Valor Total

11. EQUIPE DE GESTÃO

Gestor do Contrato: Não se aplica

Fiscal Demandante do Contrato (Fiscal): Não se aplica

Fiscal Técnico do Contrato: Não se aplica

Fiscal Administrativo Não se aplica

12. FATURAMENTO

Gestor do Contrato: Não se aplica

13. FORMA DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

1. O recebimento provisório ocorrerá no ato da entrega dos produtos, atendidas as especificações constantes neste edital e apresentadas as respectivas notas fiscais, ou notas fiscais/faturas, quando será emitido o termo de recebimento provisório, conforme dispõe o artigo 73, inciso II, alínea "a" da Lei n.º 8.666/93.
2. O recebimento definitivo ocorrerá em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório, quando será emitido o termo de recebimento definitivo, em consonância com o artigo 73, inciso II, alínea "b", da Lei n.º 8.666/93, apresentada a respectiva nota fiscal, ou nota fiscal/fatura, cuja conferência e atestação serão feitas pelo(a) Coordenador de Material e Logística do TRT.
- 2.1. No texto da nota fiscal ou nota fiscal/fatura deverão constar, obrigatoriamente, o objeto da licitação, a quantidade, a marca/modelo, se houver, os valores unitário e total, bem como o número deste processo que deu origem à aquisição.
3. Na ocorrência de qualquer circunstância que desaprove o recebimento definitivo, o mesmo ficará suspenso e o pagamento pendente até o saneamento das irregularidades, sendo que, durante o período em que o recebimento definitivo estiver suspenso e o pagamento pendente por culpa do FORNECEDOR, não incidirá sobre o TRT qualquer ônus, inclusive financeiro.

14. FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado pela Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira deste TRT, no prazo de 10 (dez) dias após o recebimento definitivo do objeto, conforme dispõe o artigo 73 da Lei 8.666/1993.

15. PRAZO DE VIGÊNCIA

15.1 Prazo de vigência da contratação

A vigência desta contratação é de 12 meses a partir da emissão de cada NE, sem prejuízo da garantia para o objeto

15.2 Ações de transição contratual e de encerramento contratual Não se aplica

É necessário sobreposição contratual? Não se aplica

15.2.1. Entrega de versões finais dos produtos alvos da contratação e/ou Transferência final de conhecimentos sobre a execução e a manutenção da contratação Não se aplica

15.2.2. Devolução de recursos materiais Não se aplica

16. SANÇÕES

1. Ficam estabelecidas as seguintes multas sobre o valor dos materiais entregues em atraso, contadas a partir do primeiro dia útil posterior ao último dia do prazo definido neste Termo de Referência, as quais serão descontadas na fatura por ocasião do pagamento:
 - do primeiro até o sétimo dia de atraso, multa única de 1% (um por cento);
 - a partir do oitavo dia de atraso, multa diária de 0,2% (dois décimos por cento), limitado a 10% (dez por cento) do total do empenho ou do valor dos materiais entregues em atraso.
- 1.1. Os dias em atraso serão contados a partir da data em que a obrigação deveria ter sido satisfeita.
- 1.2. Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente, indevidamente fundamentados ou não comprovados, ficando a aceitação das justificativas a critério do TRT.
2. Atraso no reparo ou substituição de bens que apresentem defeitos durante o prazo de garantia: multa moratória diária equivalente a 2% (dois por cento) do material em atraso, limitada a 5 (cinco) dias.
3. Se o FORNECEDOR não efetuar a entrega dos produtos em até 15 (quinze) dias após o prazo previsto, poderá ensejar, por sua culpa, a rescisão do ajustado.
4. A rescisão do ajuste por culpa do FORNECEDOR, por inexecução do ajustado ou pela não entrega dos materiais, implicará pagamento de multa de 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor total adjudicado ou do produto não entregue.
5. As multas eventualmente aplicadas, seja por inexecução, seja por cancelamento do ajuste por culpa do FORNECEDOR, serão pagas por meio de cheque nominal ao TRT.
- 5.1. Na ausência do pagamento das multas, o TRT poderá descontar o respectivo valor dos eventuais créditos do FORNECEDOR. Inexistindo crédito em favor do FORNECEDOR, os valores deverão ser por ele recolhidos no prazo de até 30 (trinta) dias após o recebimento da notificação por "Aviso de Recebimento – AR", sob pena de inscrição do débito na Dívida Ativa da União, observados os procedimentos legais.
6. A aplicação das multas estabelecidas neste item, nos termos do artigo 86 da Lei nº 8.666/93, não impede que o TRT cancele unilateralmente o ajuste e/ou aplique as demais sanções previstas no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, no que couber, as sanções assinaladas nos artigos 87 e 88 da Lei nº 8.666/1993.
7. Na aplicação de quaisquer sanções previstas na legislação, serão garantidos ao FORNECEDOR o contraditório e a prévia defesa.